



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP  
COORDENAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO  
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III – GUARABIRA/PB  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
4ª TURMA DE ESPECIALIZAÇÃO:  
GEOGRAFIA E TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E  
AMBIENTAL**

**Linha de pesquisa:  
Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais**

**A REFORMA AGRÁRIA NO CURIMATAÚ ORIENTAL: A REPRODUÇÃO  
CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÍTIO, DONA INÊS/PB**

**JOSÉ DE ARIMATEIA DE OLIVEIRA SILVA**

**GUARABIRA/PB  
2020**

**JOSÉ DE ARIMATEIA DE OLIVEIRA SILVA**

**A REFORMA AGRÁRIA NO CURIMATAÚ ORIENTAL: A REPRODUÇÃO  
CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÍTIO, DONA INÊS/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - MONOGRAFIA) apresentado junto à Coordenação do curso da 4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Especialista em Geografia. Sob a orientação do Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

**Linha de Pesquisa:** Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais

**GUARABIRA/PB  
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586r Silva, José de Arimateia de Oliveira.  
A reforma agrária no Curimataú Oriental [manuscrito] : a reprodução camponesa no assentamento sítio, Dona Inês/PB / José de Arimateia de Oliveira Silva. - 2020.  
82 p.  
Digitado.  
Monografia (Especialização em Geografia, Território e Planejamento: Urbano, Rural e Ambiental) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.  
"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto ,  
Coordenação do Curso de Geografia - CH."  
1. Reforma Agrária. 2. Luta pela terra . 3. Assentamento Sítio. 4. Reprodução Camponesa. I. Título  
21. ed. CDD 333.31

**JOSÉ DE ARIMATEIA DE OLIVEIRA SILVA**

**A REFORMA AGRÁRIA NO CURIMATAÚ ORIENTAL: A REPRODUÇÃO  
CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÍTIO, DONA INÊS/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - MONOGRAFIA) apresentado junto à coordenação do curso da 4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Especialista em Geografia. Sob a orientação do Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

Aprovado em: 27 / 11 / 2020

Banca Examinadora



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto - UEPB/CH/DG  
Orientador (Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)



Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima  
Mat. 3.296/4-7  
CHUEPB

Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima- UEPB/CH/DG  
Examinador (Doutor em Geografia pela UFPE)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues - UEPB/CH/DG  
Examinador (Doutor em Geografia pela UFRN)

Dedico este trabalho aos meus pais Sebastião Laurentino e Maria das Graças, que, mesmo diante dos desafios vivenciados na condição de camponeses desprovidos de terra e sem condições financeiras, ambos me incentivaram a não desistir dos meus objetivos, os quais incluí a conclusão do curso de Especialização em Geografia. Dedico também a todos os camponeses em suas mais diversas formas de reprodução/recriação no campo.

## AGRADECIMENTOS

De modo breve, porém com enorme estima e consideração, deixo os meus agradecimentos a todos que contribuíram diretamente e indiretamente para que eu chegasse a concluir mais uma etapa da minha vida acadêmica. Fui bastante feliz nesse período em que cursei a pós-graduação (especialização) em geografia. Agradeço primeiramente a Deus... pois considero a fé algo extraordinário que emana da nossa consciência e do nosso corpo, um ato que nos torna mais fortes e esperançosos para alcançar os nossos objetivos. Isso me ajuda a lidar com os desafios de forma mais madura e com menos danos psicológicos...

Agradeço ao apoio de minha esposa Ana Paula Targino e minha filha Maria Eloísa Targino de Oliveira. Ao meu irmão Aryan Carlos. Com atitudes, gestos, sorrisos e palavras certas e nos momentos certos, eles (Ana Paula e Aryan) souberam me mostrar o quanto sou capaz para chegar onde desejo, e sempre cumprir com as minhas responsabilidades nos estudos e na vida familiar.

Ao prof. Belarmino Mariano (orientador), por dedicar parte do seu tempo ao meu trabalho. Aos professores Leandro Paiva e Carlos Edvaldo de Lima pelo aceite em examinar este trabalho, em especial pelas críticas positivas. Aos professores do Curso de Geografia da UEPB, que se dispuseram a passar um pouco de seus conhecimentos e experiências, contribuindo com aulas que ajudaram na construção desta monografia.

Agradeça a todos os meus familiares, principalmente a minha mãe, Maria das Graças, meu pai Sebastião Laurentino, e minhas irmãs Mariana e Marina, e meu sobrinho José Antônio, que me prestaram carinho e apoio durante todo esse processo. Em especial, agradeço mais uma vez a Alice Marques, uma amiga de grande estima, que a considera como uma irmã.

Aos colegas de turma que proporcionaram tantas rodas de conversas, marcadas por diálogos constituídos de conhecimentos científicos e mundanos, carregados de risos, momentos pelos quais aprendi muito com as crônicas do cotidiano. Agradeço aos meus amigos Severino ("Biu") e Mariana Moreira, e aos colegas que conheci nesta caminhada. Agradeço as pessoas do assentamento Sítio por ter me concedido a pesquisa. A equipe à frente da associação do PA Sítio, os assentados Ceará, Ana Paula e Fran, e a todos os assentados pesquisados.

“Tentar não significa conseguir, mas certamente quem conseguiu tentou.”

Aristóteles

**4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental**

**A REFORMA AGRÁRIA NO CURIMATAÚ ORIENTAL: A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÍTIO, DONA INÊS/PB**

**LINHA DE PESQUISA: PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS**

**AUTOR(A): SILVA, JOSÉ DE ARIMATEIA DE OLIVEIRA**

**SUPERVISOR: PROF. DR. BELARMINO MARIANO NETO (UEPB/CH/DG)**

**EXAMINADOR: PROF. DR. EDVALDO CARLOS DE LIMA (UEPB/CH/DG)**

**EXAMINADOR: PROF. DR. LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES (UEPB/CH/DG)**

## **RESUMO**

Os assentamentos rurais configuram-se em formas de organização territorial baseado na recriação social, onde se busca com a terra assegurar uma lógica de reprodução econômica voltada para manutenção da família. Por outro lado, a forma como a Reforma Agrária é realizada, expressa no modelo de assentamento, releva um descompasso entre Estado e campesinato. Esta política redistributiva (terra) coloca os assentamentos enquanto arenas de interesses políticos e econômicos, pois existe um descontentamento dos assentados, exigindo do poder estatal uma atuação mais contundente em relação ao acesso aos serviços públicos e programas de desenvolvimento rural. Visando abordar melhor essas questões, buscamos compreender a Reforma Agrária no Curimataú Oriental, bem como a reprodução camponesa no Assentamento Sítio, localizado no Município de Dona Inês-PB. Nessa linha, analisamos a proposta de Reforma Agrária realizada no Brasil a partir dos anos de 1980, tendo o assentamento rural como principal modelo; fazemos um resgate histórico da luta pela terra no estado da Paraíba e no Assentamento Sítio; e construímos um perfil socioeconômico e da produção do assentamento estudado. Os procedimentos metodológicos partiram de leituras bibliográficas, fundamentando-se em concepções teóricas postuladas por Moreira (1996, 2007 e 2011), Caume (2006), Oliveira (2007), Fernandes (1994, 2013), Minayo (2014) e outros. Para consolidar a base de dados estatísticos e cartográficos usamos dados do INCRA-PB (2020), Censo Agropecuário (2006; 2017). A principal etapa da nossa análise geográfica foi o trabalho *in lócus*, onde pudemos fazer observações a realidade dos camponeses assentados, além de anotações e técnicas de pesquisas, como entrevista, questionário, gravação de entrevista e registros fotográficos. O Assentamento Sítio compreende mais um território oriundo do conflito pela terra, um registro histórico da resistência e vitória do campesinato perante ao avanço do capitalismo no campo. Nesse sentido, tal estudo vem mostrar a necessidade urgente de uma distribuição fundiária ampla, impetrada de condições estruturais e econômicas necessárias ao desenvolvimento dos assentados. Os assentamentos se apresentam como alternativas para promover alterações na estrutura agrária, formando pequenas unidades familiares, tão importante para segurança alimentar do país à medida que gera maiores possibilidades de oferta de alimentos no campo.

**Palavras Chave:** Reforma agrária; Luta pela terra; Assentamento Sítio; Reprodução camponesa.

#### **4ª Specialization Class in Geography and Territory: Urban, Rural and Environmental Planning**

**TITLE: THE AGRARIAN REFORM IN THE EAST CURIMATAÚ: THE PEASANT REPRODUCTION IN THE SÍTIO SETTLEMENT, DONA INÊS / PB**

**RESEARCH LINE: DEVELOPMENT PLAN OF RURAL SETTLEMENTS**

**AUTHOR: SILVA, JOSÉ DE ARIMATEIA DE OLIVEIRA**

**ADVISOR: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/CH/DG)**

**EXAMINER: Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima (UEPB/CH/DG)**

**EXAMINER: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (UEPB/CH/DG)**

#### **ABSTRACT:**

Rural settlements are configured in forms of territorial organization based on the social re-creation process, where the aim is to secure a logic of economic reproduction focused on the family maintenance. On the other hand, the way Agrarian Reform is carried out, express in the settlement model, reveals a mismatch between the State and the peasantry. This redistributive (land) policy places the settlements as an arena of political and economic interests, because there is discontent among the settlers, demanding from the state power a more forceful performance in relation to access to public services and rural development programs. Aiming to better approach these issues, we seek to understand the Agrarian Reform in Eastern Curimataú, as well as peasant reproduction in the Sítio Settlement, located in the small town of Dona Inês-PB. In this line, we analyze the proposal of Agrarian Reform carried out in Brazil from the 1980s, with rural settlement as the main model; we make a historic rescue of the struggle for land in the state of Paraíba and in the Sítio Settlement; and built a socioeconomic profile and the production of the studied settlement. The methodological procedures started from bibliographic readings, based on theoretical conceptions postulated by Moreira (1996, 2007 e 2011), Caume (2006), Oliveira (2007), Fernandes (1994, 2013), Minayo (2014) and others. To consolidate the statistical and cartographic database we use data from INCRA-PB (2020), Farming Census (2006; 2017). The main stage of our geographic analysis was the study in locus, where we were able to observe the reality of the settled peasants, as well as notes and research techniques such as interview, questionnaire, interview recording and photographic records. The Sítio Settlement is another territory arising from the conflict over land, a historical record of the resistance and victory of the peasantry in the face of the advance of capitalism in the field. In this sense, this study shows the urgent need for a wide land distribution, as well as structural and economic conditions necessary for the development of settlers. The settlements are presented as alternatives to promote changes in the agrarian structure, forming small family units, so important for the country's food security, to the extent that leads to higher food supply possibilities in the field.

**Keywords:** Agrarian reform; Fight for land; Settlement Sítio; Peasant reproduction.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Distribuição Dos Projetos De Assentamento Rural Na Microrregião Do Curimataú Oriental.....	17
Figura 02: Brasil- Município De Dona Inês-PB.....	20
Figura 03: Cacimba “venca” no PA Sítio.....	56
Figura 04: Cacimba “veio có” no PA Sítio.....	56
Figura 05: Açude comunitário no PA Sítio.....	57
Figura 06: Cisterna de Placa.....	57
Figura 07: Cisterna de Polietileno.....	57
Figura 08: Área de Roçado arado para o plantio.....	59
Figura 09: Roçado de feijão macaçar.....	59
Figura 10: Roçados agrícolas feitos em áreas de serras.....	61
Figura 11: Casa de família agregadas (filho) construída no mesmo lote de um assentado (pai).....	66

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Número de Projetos de Assentamentos segundo as Mesorregiões Paraibanas entre 1989-2013.....	44
Gráfico 02: Área (ha) dentro do lote destinada a agricultura no Assentamento Sítio – 2019.....	60
Gráfico 03: Principais culturas cultivadas no Assentamento Sítio – 2019.....	62
Gráfico 04: Áreas (Ha) dos lotes destinadas a pecuária no Assentamento Sítio – 2019.....	63
Gráfico 05: Perfil da criação no PA Sítio – 2020.....	64
Gráfico 06: Assistência técnica no PA Sítio Dona Inês-PB.....	65

## LISTA DE TABELA

Tabela 01: Evolução da Ocupação de Terras no Brasil (1985-2006) .....	29
Tabela 02: Lavoura Temporária produzida em pequenos estabelecimentos Paraibanos.....	37
Tabela 03: Nº De Assentamentos No Curimataú Oriental.....	44

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- formas de acesso a água no PA Sítio.....	67
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABRA	- Associação Brasileira de Reforma Agrária
AESA	- Agência Executiva de Gestão das Águas
CEAT	- Centro de Estudos Agrários e do Trabalho
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPRM	- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
DNOC'S	- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FAO	- Food And Agriculture Organization Of The United Nationsf
FUNTERRA	- FUNDO DE TERRAS
FHC	-Fernando Henrique Cardoso
I PNRA	- I Plano Nacional de Reforma Agrária
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	- Instituto Brasileiro de Reforma Agrário
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD	- Ministério de Reforma Agrária e de Desenvolvimento
MST	- Movimento dos Trabalhadores Sem
P1+2	- Projeto 1 terra duas águas
P1MC	- Projeto 1 Milhão de cisternas
PA	- Projeto de Assentamento
PB	- Paraíba
PIN	- Plano de Integração Nacional
PROÁLCOOL	- Programa Nacional de Alcool
PROCERA	- Programa Especial de Credito a Reforma Agrária
PROTERRA	- Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
SEDUP	- Serviço de Educação Popular
STR	- Sindicato do Trabalhadores Rurais
SIDRA	- Sistema IBGE de Recuperação Automática de dados
SIPRA	- Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UEPB	- Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA A.....</b>	<b>15</b>
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS DE PESQUISA.....	15
2.2 CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS: ASPECTOS CLIMÁTICOS, VEGETAÇÃO E SOLO.....	19
<b>3 DESCARACTERIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA.....</b>	<b>23</b>
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA NO MUNDO.....	23
3.2 O ESTATUTO DA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA.....	25
3.3 FACES DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTO RURAL: ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA E ESTRATÉGIA POLÍTICA ESTATAL.....	34
<b>4 CONFLITOS AGRÁRIOS NA PARAÍBA E NO CURIMATAÚ: ORIGENS DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.....</b>	<b>39</b>
4.1 A FORMAÇÃO-ESTRUTURAÇÃO-CONSOLIDAÇÃO DO LATIFÚNDIO BRASILEIRO.....	39
4.2 A CRIAÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA PARAÍBA E CURIMATAÚ ORIENTAL.....	41
4.3 PROCESSO HISTÓRICO DA LUTA PELA TERRA NA FAZENDA SÍTIO ATÉ A CRIAÇÃO DO PA SÍTIO.....	45
<b>5 REPRODUÇÃO DOS ASSENTADOS DO PA SÍTIO: PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DO(S) TERRITÓRIO CAMPONÊS.....</b>	<b>50</b>
5.1 PLANEJAMENTO DOS LOTES: RELAÇÕES TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR.....	53
5.2 RECURSO HÍDRICOS E FORMAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO PA SÍTIO.....	56
5.3 PERSPECTIVAS E FORMAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA NO PA SÍTIO.....	60
5.4 PERFIL DA PECUÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DENTRO DO ASSENTAMENTO	63
5.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO PA SÍTIO.....	65
5.6 CONDIÇÕES DE MORADIA E ACESSO A ÁGUA.....	66
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIA.....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os Assentamento Rurais, instituídos no Brasil desde 1964, mas que passaram a ser vistos com maior visibilidade a partir dos anos de 1980 para cá, representam o modelo de Reforma Agrária pensado pelo Estado brasileiro para atender a demanda dos Trabalhadores Sem Terra, que buscam em um pedaço de terra um meio de reprodução social e econômico, ao mesmo tempo um espaço de morada.

Com base nos dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), no Brasil registram-se 9.431 Projetos de Assentamento Rural (PAs) criados pelo Instituto Nacional de Colonização de Terras e Reforma Agrária (INCRA), ocupando uma área de 87.702.072,013 hectares de terra, no domínio de 969.197 famílias. No estado da Paraíba há 314 PAs, abrangendo uma área de 282.409 hectares, onde foram assentadas 14.409 famílias (INCRA, 2020).

Na Microrregião<sup>1</sup> do Curimataú Oriental registram-se 25 assentamentos rurais, reunidos compreendem uma área de 15.692,2768 hectares de terra, sob o domínio de 925 famílias. No Município de Dona Inês existem 5 assentamentos: Zé Paz, José Matias, Várzea Grande, Tanques e o Sítio. Este último é objeto de nosso estudo. Às áreas desses PAs reunidas equivalem a 4.491 hectares de terra, onde vivem 209 famílias assentadas (INCRA, 2020).

A criação dos assentamentos tem sido uma das saídas (se não há única) viáveis para promover alterações na estrutura agrária. A instalação de infraestruturas básicas, como habitações e eletricidade, e a viabilização e permanência de serviços públicos: de educação, saúde, lazer, assistência técnica, assim como políticas de financiamento agrícolas podem ser apontadas como as prioridades dos assentamentos (OLIVEIRA, 2007). Consideramos que o acesso a esses serviços pode corroborar para reprodução dos camponeses nessas áreas.

De acordo com Oliveira (2007, p. 135) os camponeses não só lutam para entrar na terra, mas lutam também “para permanecerem na terra como produtores de alimentos”, mantendo vivos os territórios de domínio camponês. Acreditamos que a reprodução camponesa, exclusivamente pelo acesso à terra e exploração da terra em

---

<sup>1</sup> Mesmo cientes da nova (regionalização) divisão regional feita pelo IBGE (2017), em Regiões intermediária (mesorregiões) e regiões Imediatas (microrregiões), tal qual baseia-se em aspectos de influência econômica e urbana que as cidades exercem umas sobre as outras, optamos em trabalhar com a regionalização anterior, haja saber que ela foca nos aspectos ambientais e culturais da área de estudo, assim sendo mais apropriada aos propósitos da pesquisa em curso.

“se”, como foi escrita na história do campesinato, torna uma recriação precária dentro dos assentamentos criados pela Reforma Agrária.

No intuito de compreender a Reforma Agrária em sua dimensão mais ampla, Sparovek (2003) esclarece que este conceito é entendido de duas formas: para alguns, significa a eliminação da propriedade privada sobre a terra, quando há a democratização deste bem; Já outros, acreditam que há Reforma Agrária quando há o financiamento agrícola, garantia de preços, políticas educacionais, assistências técnicas e outros serviços. Para esta segunda vertente, o acesso à terra por si só não garante a efetividade de uma política reformista na estrutura agrária na perspectiva de emancipação dos grupos camponeses.

De qualquer forma, ambas as concepções compreendem a desconcentração da terra. Stedile et.al., (2012) reforça esta ideia ao afirmar que a política de Reforma Agrária é um meio capaz de eliminar o latifúndio, através de órgãos estatais, substituindo-os por pequenas propriedades camponesas. O referido autor não descarta a importância da implantação de políticas e programas assistenciais, essenciais para se obter um melhor aproveitamento da terra

Já havia de minha parte uma curiosidade pelos debates sobre as desigualdades sociais produzidas no campo antes de estar fazendo um curso superior. No curso de Geografia, especificamente na disciplina de Organização do Espaço Agrário Brasileiro, este interesse ganhou relevância. E foi crescendo conforme avancei nas leituras sobre a Reforma Agrária no Grupo de Pesquisa CEAT (Centro de Estudos Agrários e do Trabalho), coordenado pelo Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima. A partir daí, mergulhei na geografia agrária e me propus a fazer pesquisas que tratassem de desvendar o modelo de Reforma Agrária brasileiro e da luta camponesa pela terra, tais quais resultaram na minha monografia de conclusão de curso *Lutas e conquistas do assentamento vazante: a construção de um território de esperança*.

O interesse em dar continuidade ao tema da monografia é dado a angústia em querer responder os questionamentos e lacunas que ficaram para trás, no que tange a reprodução camponesa em assentamentos de Reforma Agrária criados pelo INCRA. Com isso, busquei me aprofundar como vem sendo efetivada a política de Reforma Agrária vista na criação/formação/organização do assentamento rural.

A temática é atual dada à necessidade de um olhar “acurado” sobre a reprodução camponesa em assentamentos rurais no Curimataú Oriental. É primordial fazer uma investigação das potencialidades da Reforma Agrária nesta área; de buscar

debater a recriação do campesinato nos assentamentos, visto que estes espaços são implementados por forças externas (Estado) ao universo camponês; de dar ênfase à luta de resistência camponesa e da importância dos assentamentos para diversificação da policultura no Município e na Microrregião.

Estamos falando de uma Reforma Agrária efetivada pelo Estado, o qual é o INCRA o órgão designado a tal função. A morosidade deste órgão com a política de Reforma Agrária reforça os argumentos de muitos autores sobre o desinteresse do Estado com a desconcentração da terra no país, assim como aponta nuances para entendermos as lutas dos movimentos sociais pela terra e o quanto o poder sobre ela ganhou visibilidade ao longo do tempo.

O descompasso da Reforma Agrária, tornando os assentamentos rurais arenas de interesses políticos e econômicos entre Estado e campesinato, de um lado, e o descontentamento dos trabalhadores assentados, de outro, exigindo uma atuação contundente do poder público, sugerem questionamentos pertinentes para compreendermos como tem se dado a reprodução camponesa na terra, especificamente as famílias assentadas do PA Sítio.

Em vista de produzir uma análise comprometida com a realidade destes sujeitos, buscamos analisar como vem acontecendo a reprodução camponesa no Curimataú Oriental a partir da década de 1980, com enfoque aos camponeses do PA Sítio, em Dona Inês/PB. Para alcançarmos tal proposta algumas questões foram levantadas, tais como: analisar a Reforma Agrária brasileira e a política de assentamento rural após a redemocratização política do país; resgatar o processo histórico da luta pela terra na Paraíba e no PA Sítio; construir um perfil socioeconômico e da produção do PA Sítio, visando compreender a importância do acesso à terra para os assentados.

Espera-se que o trabalho sobre o PA Sítio sirva de base intelectual e histórica para as famílias do assentamento e de outros lugares, assim como seja uma referência para as pesquisas que versam sobre a Reforma Agrária no campo da geografia e de áreas afins. Cujo estudo contribui para reafirmação da luta dos trabalhadores e dos movimentos pela terra, fortalecendo a relação dos camponeses com a terra dentro da perspectiva campesina.

Partindo-se de uma leitura afirmativa da resistência e recriação do modo de vida camponês em assentamentos rurais, buscamos fazer uma análise qualitativa,

apoiando-se em autores que discutem o tema e a partir da fala dos assentados pesquisados do assentamento objeto da pesquisa.

A estrutura da monografia está organizada em cinco seções. A primeira compreende a introdução. A segunda seção apresenta a revisão bibliográfica, a qual inclui os procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisas, além das abordagens conceituais utilizadas e os aspectos geoambientais de Dona Inês. A terceira seção constitui o referencial teórico que norteiam esta pesquisa. Nela analisamos a “Reforma agrária brasileira”, enfatizando o papel do Estado enquanto agente responsável pela execução de programas direcionados a distribuição de terras, amparados no Estatuto da Terra e no I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA).

A quarta seção elenca os conflitos pela terra na Paraíba e na Microrregião do Curimataú Oriental, com o foco na luta dos trabalhadores moradores da antiga Fazenda Sítio. A quinta seção procura compreender como os camponeses fazem uso do planejamento baseado nas características do campesinato, desviando de uma ordem de organização externa, ancorada na perspectiva estatal. Ainda buscou-se caracterizar a produção agrícola e pecuária dos assentados do PA Sítio, como estes se organizam os seus lotes de terra.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa toma a forma qualitativa, seguindo uma série de procedimentos metodológicos alinhados aos propósitos da respectiva escrita, sendo o trabalho de campo a principal etapa. Primeiro, realizou-se o levantamento bibliográfico em livros, revistas, periódicos, jornais. Em seguida fizemos a coleta de dados em *sites* oficiais de órgãos governamentais e de outras organizações, e, por último, foi feito o trabalho de campo no PA Sítio.

### 2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICOS DE PESQUISA

O método qualitativo conforme Minayo (2014) apresenta finalidades diversas. Além dele constituir-se de uma abordagem teórica pertinente também leva o pesquisador a observar e interpretar fatos sociais escamoteados nos espaços, investigar sobre determinados estratos sociais marginalizados ao longo do tempo ou em parte dele. A partir do trabalho empírico, este método oportuniza o investigador a produzir novos padrões de conhecimento sobre grupos da sociedade, a (re)formular conceitos ou atualizar outros já existentes.

No que se refere ao exercício teórico-metodológico apoiamos nas leituras de Moreira (1996, 2007 e 2011), Caume, (2006), Oliveira (2007), Fernandes (1994; 2008; 2013) e outros. Esses autores destacam as diferentes formas de recriação do campesinato a partir da política de Reforma Agrária, compreendendo os assentamentos rurais como espaços territorializados e ressignificados por ideias camponesas, com uma produção voltada a manutenção da família, um dos principais pilares do modo de vida camponês.

Ainda foi realizado uma ampla coleta de dados por meio das plataformas digitais de órgãos do governo, como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-PB, 2020), Censo Agropecuário (2006; 2017), através do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Esses *websites* permitem o acesso mais rápido a banco de dados oficiais de pesquisas realizadas por esses órgãos, além de democratizar o acesso à informação de interesse público.

A visita nesses *sites* de pesquisa visou tomar conhecimento de possíveis serviços de infraestrutura e financiamento, ou qualquer outro/s programa/s governamental destinado ao assentamento investigado, assim como ter acesso a dados sobre os aspectos socioeconômicos, da produção e estrutura fundiária do município de Dona Inês.

A revisitação de dados no Censo Agropecuário (2006) serviu para corroborar com as nossas impressões sobre a capacidade produtiva dos assentados, o que levantou forte crítica à atuação do Estado com a estruturação e apoio aos assentamentos. No caso do INCRA identificou-se como os assentamentos estão especializados no Curimataú Oriental; e como o órgão atuou junto com os assentados do PA Sítio. Entretanto não foi possível saber do INCRA se ele tem atuado no assentamento nesses últimos anos, principalmente no que diz respeito aos recursos financeiros. Os motivos devem-se as dificuldades em obter as informações em condições empíricas e por meios alternativos (celular e internet) no próprio órgão.

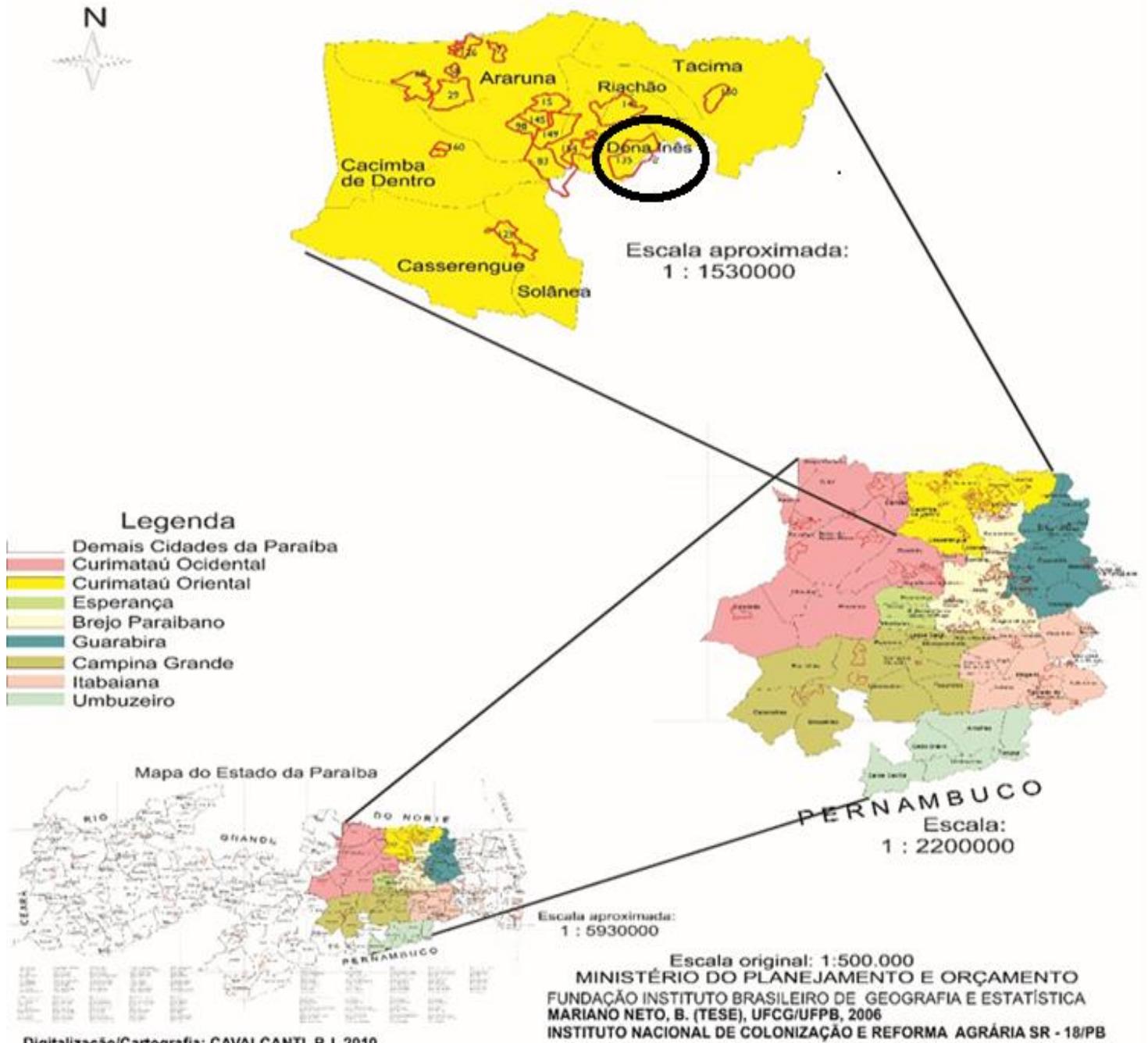
Ao fazer levantamentos de dados produzidos pelo DATALUTA (2014), Ferreira (2016) argumenta que de 1989 a 2013 foram criados 24 (vinte e quatro) assentamentos rurais no Curimataú Oriental, onde ocuparam uma área de 13.661,38 hectares de terra. Somada a população desses assentamentos, totalizou-se 788 famílias beneficiadas.

Optamos em trabalhar com o Projeto de Assentamento Sítio no Município de Dona Inês. A escolha deste PA justifica-se pelo fato de ser um assentamento consolidado, o que significa dizer que já passou por todas às fases de estruturação do INCRA, e por ser o maior em quantidade de área (ha) no Curimataú Oriental e na quantidade de famílias assentadas, figurando entre os assentamentos mais subsidiados.

Os critérios utilizados pelo INCRA para viabilizar recursos públicos para os assentamentos estão em acordo com o seu tamanho. Isso sugere afirmar que os assentamentos maiores se beneficiam com maiores volumes de subsídios financiados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). O município de Dona Inês, cortado pela bacia hidrográfica do rio Curimataú apresenta importantes territórios de Reforma Agrária e são objetos de uma pesquisa mais aprofundada em nível de mestrado pela UFPB. Há no então município cinco (05) Projetos de assentamentos rurais, sendo o PA Sítio o maior e mais antigo (Figura 01 – sinalizada logo abaixo):

Figura 01 – Distribuição Dos Projetos De Assentamento Rural Na Microrregião Do Curimataú Oriental

Projetos de Assentamentos Microrregião do Curimataú Oriental - Fonte: INCRA SR-18/PB



Fonte: Mariano Neto (2010)

O PA Sítio estende-se por uma área de 1.813,7196 hectares de terra, onde foram assentadas 81 famílias. O assentamento estudado apresenta traços do campesinato, observados no trabalho familiar e na produção voltada para o consumo interno da família.

Ao todo foram realizados 4 trabalhos de campo no ano de 2020. As primeiras idas a campo buscaram recuperar a história de luta pela terra. As visitas subsequentes tiveram como finalidade coletar informações sobre a organização da produção e do trabalho nos lotes. O trabalho *in lócus* partiu de observação direta a paisagem, anotações e técnicas de pesquisas, como entrevista, questionário, gravação de entrevista e registros fotográficos no intuito de compreender melhor as dinâmicas territoriais do assentamento analisado.

De início fizemos contato com o presidente da associação em vista de saber se havia disponibilidade das famílias de serem pesquisadas. Na reunião da associação, apresentamos a nossa proposta de pesquisa as famílias e tivemos a permissão de realiza-la. Foi feito um dia de reconhecimento da área estudada. Na oportunidade fotografamos o assentamento e conhecemos algumas pessoas, sendo a primeira etapa do trabalho de campo. Em seguida reorganizamos o nosso planejamento e ajustamos o roteiro da pesquisa e das entrevistas (dias de visitas; reformulação das perguntas, focalização nos chefes de família).

A pesquisa *in lócus* é essencial para a consolidação do trabalho, pois a realidade de dada fração espacial é o meio mais eficiente para se ter maior clareza do objeto investigado, nesse caso o PA Sítio, assim tomando conhecimento sobre a reprodução social e econômica dos assentados.

No entendimento de Thomas Jr (1990) o trabalho de campo é entendido como aquela que busca responder as inquietações que levaram a problematizar o referido contexto estudado. Só a realidade é capaz de dar uma dimensão verdadeira do objeto investigado. Portanto, o trabalho de campo compreende uma alternativa real para construção metodológica da pesquisa, visto que permite ao pesquisador interpretar e refletir sobre as manifestações sociais efetivados no território analisado.

Tomamos por embasamento as concepções de Minayo (2014) para com o uso das entrevistas semiestruturadas. A autora explica que a técnica utilizada na entrevista semiestruturada consiste em um roteiro de questões que orientará os assuntos que serão abordados pelo entrevistador e as falas dos entrevistados. Os estudiosos concordam em dizer: “existe uma necessidade de o pesquisador relativizar

o seu espaço social, aprendendo a se pôr no lugar do outro” (MINAYO, 2014, p. 274). Em um trabalho qualitativo, o estreitamento da relação com os entrevistados é mérito do pesquisador que observa os interlocutores.

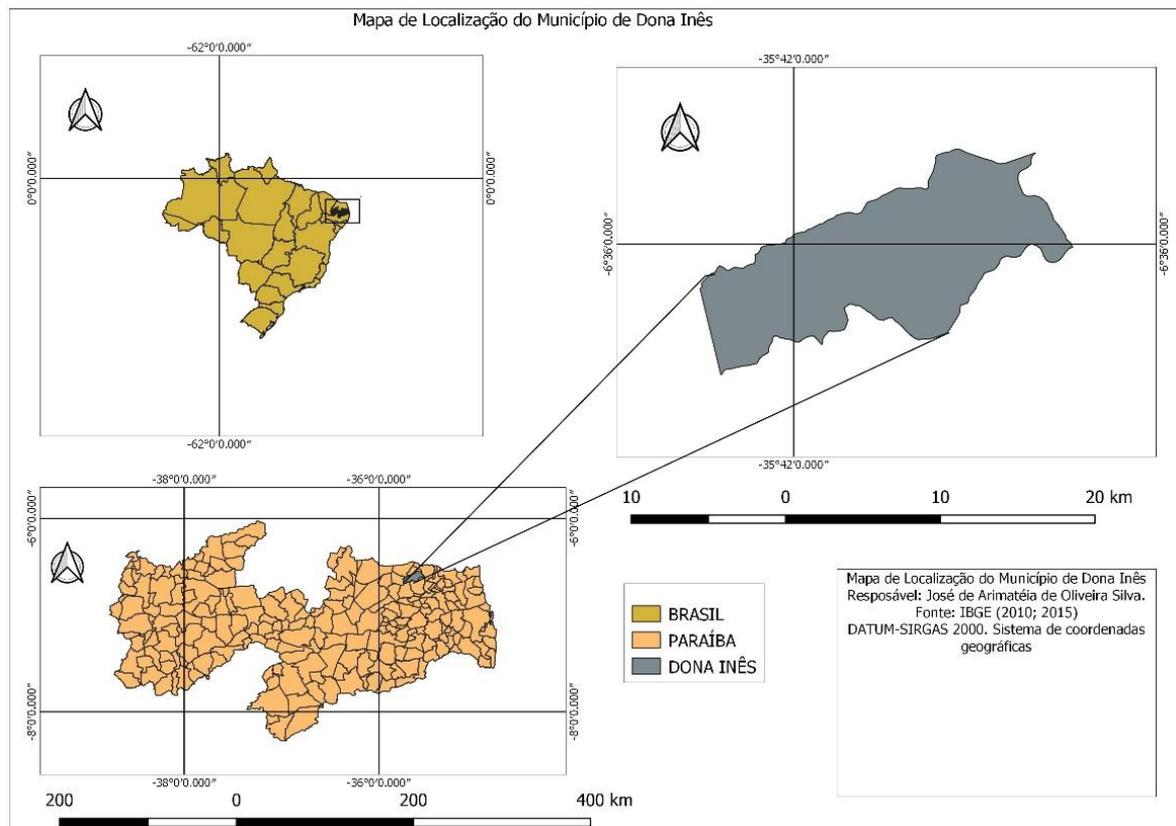
Foram realizadas 6 entrevistas com os assentados, sendo todos responsáveis pelo seu lote. Atentou-se em entrevistar os mais idosos, aqueles que participaram da luta ou possuem alguma recordação dela. A partir das falas dessas pessoas reconstruímos a história da luta pela terra no PA Sítio e identificamos quais os atores locais, os agentes e instâncias políticas externas articularam o movimento de luta pela terra da Fazenda Sítio, a qual deu origem ao assentamento. Ainda utilizamos os textos de Moreira (1997); e Santos (2017).

No segundo momento aplicou-se os questionários, sendo ao todo 21, com pessoas de 15 a 60 anos de idade. A escolha de trabalhar com essa faixa etária (jovens e adultos) se deve ao fato de estarem em idade produtiva. Apenas uma pessoa da casa respondeu o questionário, geralmente o chefe (homem) da família. Na sua ausência responderam a esposa ou o/a filho/a.

Vale lembrar que os questionários continham perguntas objetivas e subjetivas. A proposta de trazer para o campo questões abertas permitiram obter informações valiosas sobre a organização do trabalho e da produção da agropecuária no lote e fora do assentamento. E também permitiu coletar dados sobre a renda, tamanhos dos lotes e políticas agrícolas. Os dados da produção obtidos junto aos assentados nos permitiram confrontá-los com os dados da produção municipal de Dona Inês, oferecidos pelas plataformas digitais do IBGE.

## 2.2 CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS: ASPECTOS CLIMÁTICOS, VEGETAÇÃO E SOLO

O município de Dona Inês, localizado na Microrregião do Curimataú Oriental e nos limites com o Brejo paraibano, tem uma extensão territorial de 173.648 km<sup>2</sup>. A sua sede está a 101,229 Km de distância da capital da Paraíba, João Pessoa, tendo acesso pelas rodovias BR 230/BR, 103/PB, 104/PB e 105/PB. Essa localização nos contrafortes orientais do Planalto da Borborema e no Vale do Curimataú marcam a importância territorial de ocupação deste município (Figura 02).



Fonte: Elaborado por Silva (2020)

Dona Inês localiza-se na Microrregião do Curimataú Oriental, a qual está situada na Mesorregião do Agreste, o estado da Paraíba. A sua posição geográfica é determinada pela Latitude:  $6^{\circ}37' 4''$  Sul, Longitude:  $35^{\circ}37' 55''$  Oeste, estando à 421 metros acima do nível do mar. O município limita-se ao norte com o município de Tacima, ao sul com Bananeiras e Solânea, ao oeste faz fronteira com Araruna, Cacimba de Dentro e Riachão, todos em território paraibano.

O Curimataú Oriental apresenta características físico-climáticas próprias de regiões semiáridas. O clima do Curimataú, segundo a classificação do Köppen, é do tipo BSw $h'$  que significa semiárido quente. As temperaturas mínimas variam de  $18^{\circ}$  a  $22^{\circ}$  nos meses de julho e agosto e as máximas se situam entre  $28^{\circ}$  e  $31^{\circ}$ , nos meses de novembro e dezembro (MONTEIRO, 2014).

De acordo com o relatório da CPRM (2005)

O município de Dona Inês, está inserido na unidade geoambiental dos Serrotes, Inselbuergues e Maciços Residuais. As áreas dessa unidade situam-se em altitudes de 200 a 500 metros, compreendendo elevações geralmente formadas por grandes penhascos rochosos, que ocorrem em algumas áreas das planícies dos sertões de Sergipe,

Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nos piemontes dessas elevações são frequentes os solos profundos e de alta fertilidade natural (CPRM, 2005, p. 3).

No que se refere a vegetação, o CPRM (2005, p. 4) descreve que “é de Caatinga Hipoxerófila, com pequenas áreas de florestas Caducifólias. O regime climático é quente, com chuvas de inverno, sendo o período chuvoso de fevereiro a agosto e a precipitação média anual da ordem de 750 mm”. A vegetação Hipoxerófila caracteriza-se como uma área de transição entre as florestas úmidas e semiáridas, dado a presença de árvores de grande porte e com uma maior quantidade de folhas em relação a caatinga Hiperxerófila, e também pela presença de espécies da mata atlânticas e caatinga menos arbustiva.

Podemos encontrar este tipo de vegetação na reserva ambiental “Mata do Seró”, localizada na porção Sul do município, onde ocupa uma área de 150 ha de terras. Esta reserva corresponde a uma área de refúgio de mata atlântica, uma vegetação típica do litoral, mas que é encontrada em certos lugares do Agreste, sobretudo onde há influência da altitude, nos descreve Barbosa et.al., (2004);

Os Brejos de Altitude do Nordeste são áreas mais úmidas que o semiárido que os rodeia por causa do efeito orográfico nas precipitações e na redução da temperatura. As matas serranas que eles abrigam são consideradas como disjunção ecológica da Mata Atlântica, ilhadas pela vegetação de caatinga, condição que torna as remanescentes áreas de elevada biodiversidade (BARBOSA et.al., 2004, p. 111).

O município está inserido na bacia hidrográfica do Curimataú (AESA, 2008/2009), tendo a sua interface cortada pelo rio Curimataú. Ressalta-se que o citado rio não é perene, algo bem comum nas áreas semiáridas. Moreira e Targino (1996) enfatizam a importância histórica dos rios para ocupação das terras interioranas, a saber que foram por eles que o gado penetrou a caatinga em direção ao sertão, assim como as suas margens foram - e ainda são - ocupadas pela pecuária e policultura.

Os solos agricultáveis do município de Dona Inês estão ocupados com policulturas alimentares, como feijão, fava, macaxeira, milho; por pequenos rebanhos de caprinos, ovinos e bovinos, e criações domésticas, como aves e porcos (Censo Agropecuário, 2017). A produção de culturas alimentícias e pequenas criações é uma característica marcante na ocupação do Agreste paraibano desde o surgimento dos pequenos povoados.

O povoado de Dona Inês surgiu com a instalação de fazendas de gado e a formação de pequenos sítios onde eram praticadas a agricultura de subsistência (IBGE, 2020). Como a maioria das unidades administrativas municipais, o território de Dona Inês-PB foi desmembrado de outro município, no caso o de Bananeiras-PB, do qual foi vila e depois distrito antes de sua emancipação política pela Lei de nº 2141, datada em 19 de junho de 1959 (IBGE, 2020).

Segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2010), a população de Dona Inês estava em torno de 10.517 pessoas. Para o ano de 2019 a população estimada foi de 10.453. O PIB *per capita* em Dona Inês no ano de 2017 foi de R\$ 7.825,70 reais por pessoa. Entretanto, cujo valor não é distribuído igualmente. Já o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) segundo último censo (2010) foi 0,545. Como muitos municípios brasileiros é considerado baixo (IBGE, 2020).

### 3 DESCARACTERIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA

Neste capítulo abordaremos os caminhos teóricos que norteiam esta pesquisa, fazendo um diálogo com autores que tem construído um arcabouço teórico a respeito da “Reforma Agrária brasileira”. Daremos destaque ao Estado enquanto agente responsável para fazer a Reforma Agrária no País. Cabe esta instituição organizar os espaços dos assentamentos, planejá-los, assim criando as condições necessárias para o desenvolvimento dos assentamentos rurais.

#### 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA NO MUNDO<sup>2</sup>

Nas mais diversas experiências de Reforma Agrária surgidas em meados do Século XX, Sparovek (2003) aponta que nenhuma aconteceu de forma igual. Elas foram realizadas de maneira diferente nos países que a fizeram, obedecendo as circunstâncias de caráter político, social, econômico, religioso e cultural, de um lado, e a disponibilidade de recursos naturais, de outro. A participação dos camponeses sem terra ou com pouca estiveram no centro dessas reformas contra a concentração da propriedade privada da terra nas mãos de uma minoria.

Nos Países capitalistas da Europa, Ásia e Estados Unidos, os modelos de Reforma Agrária buscavam promover uma melhor distribuição da terra e da renda da terra; modernização do campo; criação de novos capitalista e inserção da agricultura no mercado. Assim obedeciam a um projeto conjuntural do país, visto que visavam oferecer condições econômicas e estruturais que possibilitassem os novos proprietários (capitalistas) converter os valores de uso da terra em valor de troca (capital) (Oliveira, 2007).

Já em Países socialistas, influenciados politicamente pela União Soviética, a Reforma Agrária visava principalmente uma melhor redistribuição da terra, da renda e o abastecimento interno com produtos alimentícios (Oliveira, 2007).

---

<sup>2</sup> Fragmentos ou partes na íntegra deste capítulo fazem parte da monografia *Lutas e conquistas do Assentamento Vazante: a construção de um território de esperança*, apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba, (UEPB) como requisito para à obtenção do título de Graduado em Geografia.

De modo peculiar em relação aos programas de Reforma Agrária mencionados, na América-Latina esses programas tomaram conotação política. Segundo Oliveira “foram vários os países que experimentaram a execução de políticas de reformas agrárias visando reduzir as possibilidades de vivenciarem revoluções socialistas” (2007, p. 98). Muitos países latinos criaram leis que garantiam o acesso à terra, mas a implementação dos processos que envolviam a realização da Reforma Agrária levava anos para ser concretizados.

Uma das implicações para morosidade da Reforma Agrária em Países, como Brasil, Chile, Equador, Paraguai e etc., fora consequência da conjuntura política. Quando buscaram institucionalizar programas de redistribuição de terra, logo sofreram Golpes Militares (século XX) que inviabilizaram tais ações. Embora Peru e Venezuela tenham se sobressaído em relação aos outros, isso não foi e, talvez, ainda não é suficiente para promover mudanças profundas no quadro agrário e social vigente.

Para Cater (et.al., 2010), isso explica muito sobre os casos de Reforma Agrária na América-latina resultarem geralmente de lutas camponesas, através de ocupações de terras e de outras estratégias populares e pressões políticas, articuladas pelos movimentos sociais de cunho esquerdista. A manifestação dos conflitos territoriais no campo brasileiro é um exímio exemplo do clamor político dos camponeses para que se realize a Reforma Agrária no país.

Na leitura de Fernandes (2013), existe no espaço agrário brasileiro “uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes [...]” (FERNANDES, 2013, p. 198). Essas contradições geram conflitos entre a (poli)agricultura camponesa familiar e a (mono)agricultura empresarial e latifundiária.

Interpretamos que, o latifúndio moderno agropecuarista, transfigurado no agronegócio, tem a terra como mercadoria de venda e de compra, em que o seu território não se realiza na terra em si, mas no lucro extraído da renda da terra. Distanciando dessa forma de realização econômica, o território camponês, com destaque as áreas de assentamento rural, apropria-se da terra em vista da reprodução familiar, sendo através dela que este se realiza.

Diante do poder do mando dos grandes latifundiário na Região Nordeste, tratados como coronéis, e diante da exploração das relações trabalhista no interior de suas propriedades, os trabalhadores vão levantar lutas e pressionar os governos por

mudanças na estrutura fundiária do país, exigindo o acesso à terra através da reforma Agrária no início da segunda metade do século XX (FERNANDES, 2013).

Conforme Sauer (1999) o levante dos camponeses pelo direito a terra, encabeçados principalmente pelas Ligas Camponesas de 1954 até o início da década de 1960, contribuíram decisivamente para os surgimentos de novos contextos e configurações territoriais no campo. Resultado dessas lutas anos mais tarde, a criação do Estatuto da Terra (1964), primeira lei a serviço dos camponeses desprovidos, será a base legal para quebra do monopólio da terra.

### 3.2 O ESTATUTO DA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA

O Estatuto da Terra definiu o conceito de “função social da terra”, no qual foram introduzidos novos critérios e exigências para o uso da terra, assim compreendendo o texto base para exploração dos solos nos grandes latifúndios, salienta Maestri et, al. (2012). O documento determinava que as terras desapropriadas para fins da Reforma Agrária deveriam serem pagas em títulos das dívidas pública.

O texto base da Lei 4.504/64 assumiu tamanha importância política que foi transcrito anos mais tarde no artigo 186 da Constituição Federal de 1988, com os mesmos objetivos e sem alterações em seu conteúdo. As finalidades com o uso da terra foram determinadas da seguinte forma:

Aproveitamento racional e adequado; Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; Observância das disposições que regulam as relações de trabalho; Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores” (MAESTRI et.al., 2012, p. 275).

O teor dos dispositivos do Art. 186 mostram-se preocupados com a exploração consciente do solo e dos recursos naturais, em virtude do meio ambiente. E consideraram a importância dos trabalhadores para exploração da terra e a garantia de seus direitos, situação que até então o Estado tinha deixado de lado. Assim o Estatuto da Terra foi elaborado e postulado juridicamente.

A aplicação do Estatuto da Terra na prática encontrou forte resistência dos latifundiários. E quando a lei se fez valer, este se revelou um instrumento político de combate as lutas dos camponeses no campo, diferente do seu sentido original, que era acabar (diminuir) com o latifúndio improdutivo. Nas palavras de Ferrante, Barone

e Camargo (2010), o Estatuto colocava os boias-frias como filhos naturais das obrigações trabalhistas na terra. Porém, os dispositivos normatizados a garantir o direito a terra aos trabalhadores rurais, ou que deveria facultar a divisão dos latifúndios, não significou nada além do que um documento legal.

Além dos predicativos mencionados, o Estatuto da Terra apresenta certos critérios que definem os supostos “beneficiários” da Reforma Agrária, a saber:

O próprio proprietário do imóvel desapropriado (desde que trabalhe a terra com sua própria família); os trabalhadores que trabalhavam no imóvel desapropriado (posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários); os minifundiários, aqueles que possuem uma parcela de terra inferior ao módulo rural regional e “os tecnicamente habilitados...ou que tenham comprovada competência para a prática das atividades agrícolas” (BRASIL, 1983, *apud* CAUME, 2006, p.32).

Os critérios avaliativos para fazer de alguém um assentado, segundo Caume (2006) é ter certa experiência agrícola ou já ter desempenhado alguma atividade relacionada à agropecuária, visando a competência no cumprimento das obrigações apresentadas no projeto de Reforma Agrária realizado pelos órgãos estatais. Objetivava com isso o desenvolvimento agrário, ou seja, aumentar a produção e a produtividade agrícola nessas áreas.

Por vezes, “as desapropriações somente eram realizadas como tentativa de diminuir os conflitos, sendo que durante o período de 1965 até 1981, foram realizados, em média, 8 decretos de desapropriação por ano contra pelo menos 70 conflitos por terra ao ano” (MARTINS, 1984, *apud* FERNANDES, 1994, p. 27). Para tanto, não houve intensão dos militares em resolver a “Questão Agrária”. A Reforma Agrária foi usada como propaganda, através de projetos de colonização de terra, no intuito de viabilizar a exploração das terras na Região Norte.

As dificuldades e os empecilhos para se fazer reformas na estrutura agrária do País se encontravam dentro dos aparelhos do Estado. Os órgãos responsáveis em colocar para frente a Reforma Agrária assegurada no Estatuto da Terra, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), criados em 1965, estavam envolvidos em casos de corrupção, sob investigação de terem legalizados grilagem de terras, venda e concessão de terras a estrangeiros. Diante dos sucessivos episódios de irregularidades, ambos foram extintos em 1970. E logo foi criado o INCRA pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, com a função de colonizar as terras na Amazônia e fazer a Reforma Agrária.

A Região Nordeste apresentava uma estrutura agrária concentrada, sendo alvo de tensões sociais. Oliveira (2007) pondera que os militares buscaram meios que controlassem a efervescência dos conflitos ao mesmo tempo em que não mexessem com as terras dos fazendeiros da região, ou seja, não desapropriassem os latifúndios. Havia planos estratégicos de ocupação de novas áreas na Região Norte, visando a expansão das fronteiras agrícolas.

Os interesses em jogo e no poder do Estado não permitiam qualquer alternativa de reforma agrária. Era necessário então *“fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia”* ou, como preferia dizer o General Médici, *vamos levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia* (OLIVEIRA, 2007, p. 122).

Os migrantes da Região Nordeste, Sul e Centro-Oeste tinham um papel fundamental para implantação do modelo de exploração da Região Norte, até então pouco habitada. A pretensão de ocupar a Região Norte com homens sem terra, sobretudo nordestinos, com o tempo, mostrou-se uma tentativa ineficiente de colonização das terras na Amazônia. Nas palavras de Ianni (1979), parafraseadas por Oliveira (2007), tal projeto de colonização de terra tomou *status* de contra-reforma, uma vez que os militares não visaram romper com a ordem estrutural do latifúndio, tampouco democratizar o acesso à terra para os camponeses desprovidos deste bem.

A primeira metade da década de 1980 é marcada pelo fim do regime militar e redemocratização do sistema político brasileiro. Paralelo a este momento nasce um novo ciclo de mobilizações por terra, através do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) na Região Sul (CATER et.al., 2010). O MST nasceu com o apoio da ala progressista da igreja católica, em um momento de demandas sociais pela democracia e diante da consolidação da modernização agrícola.

Caume (2006) afirma que, a luta do MST pela terra somada a atuação política da Comissão Pastoral da Terra (CPT, criada em 1974-1975) e do Sindicato Rural, e de outras instâncias populares, alavancaram os conflitos no campo em meados de 1980. Fernandes (1994, p. 49) fala que “nos dois primeiros anos da década de oitenta, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) registra 1.363 conflitos por terra”. Nesse período alguns movimentos se fortaleceram e outros surgiram com grande vigor no campo e na cidade.

Em resposta às pressões sociais, o Governo Sarney, em 1985, elabora o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), lançado no IV Congresso Nacional dos

Trabalhadores Rurais em Brasília, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). No mesmo ano foi criado o Ministério de Reforma Agrária e de Desenvolvimento (MIRAD) para atuar junto ao INCRA nos processos de desapropriação de latifúndios improdutivos para remates da Reforma Agrária (BARONE E FERRANTE, 2017).

O I PNRA reafirmar a importância do Estatuto da Terra como mecanismo legal de Reforma Agrária, o que significa dizer que manteve seus princípios basilares, destacam Barone e Ferrante (2017): a função social da terra; a Reforma Agrária não poderia ser feita em propriedades que estivesse produzindo; indenizações a título do governo de quem tivesse a terra desapropriada; pequenos e médias propriedades e terras de empresas não entraria na proposta.

Ao tomar por base as impressões de Oliveira (2007), nota-se que o PNRA assumiu uma imagem ambígua e se revelou frágil para propor alterações significativas na estrutura fundiário nacional. Isso fica em evidência no artigo 2º (§ 29, do Decreto n.9 91.766), quando subscreve, “se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios” e também propriedades rurais que apresentassem relevante presença de arrendatários e/ou parceiros trabalhando nelas (2007, p. 126). Mesmo com as pressões dos movimentos populares no final do governo Sarney, apenas 6% do PNRA foi cumprido, pontua Fernandes (1994).

O descompromisso do Governo com a Reforma Agrária é confirmado também por Filippi (2005). Segundo ele, as metas do I PNRA através do Ministério Extraordinário e junto ao MIRAD visavam assentar 1,4 milhões de famílias em 45 milhões de hectares até 1989, final do governo Sarney. De acordo com os dados oficiais, pouco mais de 83 mil famílias foram assentadas em 4,5 milhões de hectares, ou seja, menos de 6 % da meta inicial.

O Programa Especial de Crédito a Reforma Agrária (PROCERA) também não funcionou como previsto. O programa compreendia uma linha de crédito específica para atender os assentados da política de Reforma Agrária. O recurso era destinado a estruturar as capacidades produtivas dos recém-assentados, isto é, financiar a aquisição de instrumentos de trabalho (Silva e Souza, sem página), com taxas de juros abaixo do mercado, proporcionando condições adequadas para se obter um aproveitamento econômico eficiente nos assentamentos.

O Relatório de Gestão do PROCERA estudado por Filippi (2005, p. 112) assinala que “os resultados positivos alcançados não foram suficientes para tornar o

produtor capacitado a gerir seus próprios empreendimentos ou independentes dos recursos públicos”. Os problemas mais identificados apresentavam-se na descontinuidade da assistência técnica, falta de infraestrutura básica (água, energia, estradas, escolas.) e de um sistema bancário preparado para atender os trabalhadores rurais assentados.

A partir dos trabalhos de autores, como Caume (2006), Filippi (2005), Fernandes (et.a., 2009), além de França e Silva (2012), devemos considerar que no período de 1985 para frente, o ciclo de contestação e de pressões dos movimentos sociais pelo direito ao acesso à terra foram determinantes para o aumento no número de assentamentos rurais criados no País.

É importante sabermos que, ao mesmo tempo em que se iniciava um processo de expansão de culturas agrícolas voltadas para exportação, intensificavam-se os conflitos pela terra. Tais conflitos contribuiriam para evolução de processos fundiários que visavam a efetivação da Reforma Agrária. A evolução no número de assentamentos criados e de ocupações, assim como de famílias assentadas no período entre 1985-2006 (Tabela 01):

Tabela 01. Evolução da Ocupação de Terras no Brasil (1985-2006)					
Período	Ocupações	Famílias ocupantes	Famílias assentadas	Assentamentos	Área(há)
(1985-89)	229	34.333	122.598	800	8.248.899
(1990-94)	507	82.600	461	461	4.485.953
(1995-98)	1987	301.908	240.819	2211	10.706.365
(1999-2002)	1991	290.578	149.140	1712	7.296.429
(2003-06)	2387	343.958	192.257	1879	17.092.624
TOTAL	7.101	1.053.377	766.639	7.063	47.830.270

Fonte: França e Silva (2012, p. 6), adaptado de Fernandes (2008)

A evolução no número de assentamentos criados no então período é bem expressiva – exceto os anos de 1990-94. França e Silva (2012, p. 6) afirma que, “de modo geral, o aumento das pressões sociais através da intensificação das ocupações, proporcionou a ampliação das conquistas tanto em número de assentamentos quanto em dimensão de área ocupada por eles”. Fica claro a necessidade desses conflitos territoriais visando a formação de assentamentos rurais, apesar das controvérsias do modelo de Reforma Agrária implementado.

De fato, há um desinteresse do Estado em relação a criação de assentamentos rurais e na assistência das famílias. Assim foi na ditadura militar, com os governos militares, e seguiu-se com os governos democráticos. Nenhum deles primaram pelo fim do latifúndio e nem promoveram de modo amplo a formação e estruturação dos espaços destinados a Reforma Agrária, compreendidos sobretudo na política de assentamento rural que, “por si só”, revelou-se insuficiente e pluralizada.

A proposta de Reforma Agrária nos governos seguintes de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) também apresentaram contradições em suas ações. É inegável o fato do governo FHC (1995 – 2001) ter sido o que mais assentou famílias, tendo o seu auge no triênio 1996, 1997, 1998.

De fato, comparando com os três governos anteriores, que no período de sete anos assentaram tão somente 97.147 famílias, FHC criou por ano quase o que Sarney, Collor e Itamar fizeram em sete anos. Mas esta realidade não existiria sem o processo de espacialização das ocupações que cresciam em todo o país (FERNANDES, 2015, p. 170).

Embora, os números do governo FHC tenham se mostrado em favor da Reforma Agrária, os Movimentos Sociais, que reivindicavam o direito de acesso à terra, interpretavam as ações do governo com outras finalidades. As análises de Bergamasco e Norder (1996, p.34) validam a preocupação dos movimentos ao entender que, “apesar de ter decretado a desapropriação de 148 imóveis rurais logo no início de seu governo, os obstáculos legislativos, jurídicos e institucionais permaneceram os mesmos dos governos anteriores”, tornando esse clima de incerteza em fatos concretos.

É intrigante o posicionamento do governo FHC ao assumir uma agenda política neoliberal, fazendo privatizações em setores estratégicos da economia, como o energético e de telecomunicações, ao mesmo tempo em que formou acordos com Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual estabeleceu os caminhos a ser trilhado pelo país (BERGAMASCO, THOMSON, BORSATTO, 2017, p.330). Isto ao passo que foi introduziu a Reforma Agrária de Mercado (RAM<sup>3</sup>) no país, uma proposta de redistribuição de terra postulada pelo Banco Mundial do FMI.

Embora a Reforma Agrária de Mercado possa dar acesso ao crédito as famílias para financiar a compra de terras, segundo Fernandes (2003) ela não contribuí para

---

<sup>3</sup> A Reforma Agrária de Mercado (RAM) trata-se de uma política de compra de terra e criação de assentamentos rurais, financiada pelo Banco da terra, através do FMI (Fernandes, 2003).

diminuir as desigualdades sociais no campo brasileiro e nem na concentração fundiária, pelo contrário, encobre estas questões. A RAM foi bem utilizada no governo FHC e mais ainda no governo Lula. Ela compreendeu um plano de fuga desses governos para minimizar as lutas por terra no campo, uma vez que esta política de mercadorização financiava a compra de terras para criação de assentamentos.

Em um cenário de políticas neoliberais, distanciadas da proposta de Reforma Agrária na linha da democratização do acesso à terra, reavivou-se nos objetivos dos movimentos sociais, tendo à frente o MST, a ampliação da luta pela terra. À medida que o governo buscava uma política de expansão das forças capitalistas no campo, o MST aumentou os números de mobilizações, seguido de ocupações de terras que eclodiam nas diferentes regiões do Brasil, entre o período de 1998 e 1999.

Na tentativa de conter a estratégia dos camponeses e imobilizar as ações dos movimentos sociais, o então governo lançou a Medida Provisória (MP) nº 2183, de 2001, que trazia regras e penalizações mais duras a luta e aos trabalhadores:

Imóvel que for objeto de invasão motivada por conflito agrário ou fundiário não será vistoriado, avaliado ou desapropriado para fins de reforma agrária nos dois anos seguintes ou o dobro desse prazo em caso de reincidência. A portaria nº 101, de 2001, do MDA, exclui do programa de reforma agrária do governo federal as pessoas que forem identificadas como participantes diretos ou indiretos de invasões [...]. (BRASIL, 2002, p. 197).

Os efeitos da MP foram logo percebidos e enfraqueceram as ações dos movimentos socioterritoriais, fazendo com que as lutas pela terra recuassem, e, “como as ocupações são a principal forma de pressão para a criação dos assentamentos, com a redução do número de ocupações também diminui o número de assentamentos e de famílias assentadas” (Rocha, 2009, p. 49). Tal medida logo surtiu efeito na luta de ocupação de terras realizadas pelos trabalhadores em escala nacional.

Diante o crescimento das ocupações e assassinatos no campo, de pessoas participando dos conflitos por terra, através de mobilizações e marchas, de um lado, e da criação de leis que criminalizavam as ocupações e a mídia que propagava uma imagem negativa das bandeiras dos movimentos, entre eles a terra, de outro, o governo FHC - pressionado – criou novos assentamentos rurais e reconheceu outros. Sem esta conjuntura, talvez, não estampasse a legenda de governo que mais criou Projetos de Assentamentos rurais. Na verdade, foi pela intensificação dos conflitos

que o governo se viu na obrigação de assentar cerca de 400 mil famílias, mantendo a ideia de Reforma Agrária a reboque das pressões dos Movimentos Sociais.

Há quem dissesse que a esperança da Reforma Agrária estaria no governo petista, porém o então presidente Lula cedeu aos caprichos da agricultura empresarial e não fez a Reforma Agrária reivindicada pelos movimentos sociais. Pelo contrário, pondera Fernandes (2003), Moreira e Targino (2012), ele manteve à aliança com o Banco da Terra, dando continuidade à Reforma Agrária de Mercado do governo FHC, e alargou a política de financiamento para os seguimentos do agronegócio.

Se por um lado, as ações dos governos Lula proporcionaram mudanças significativas no combate à pobreza, criando programas sociais, como “bolsa família”, que visou elevar as condições econômicas dos mais empobrecidos, por outro, e, talvez, o mais contraditório nas atitudes do partido petista, foi o fato de não dar a merecida atenção a Reforma Agrária e nem em fazê-la de forma distributiva, pelo qual esteve alicerçado o seu discurso de campanha.

De sorte, a aliança do MST e de outras entidades políticas com o Partido dos Trabalhadores influenciou na indicação e nomeação de alguns militantes para encargos do segundo escalão do mencionado governo, sendo cargos no MDA e no INCRA. O geógrafo Marcelo Resende foi nomeado para coordenar o INCRA e encarregado de realizar a Reforma Agrária no país. Na sua administração de Marcelo Resende

o INCRA construiu um conjunto de políticas para atender os assentados em estado de precarização. Iniciou-se a elaboração de uma política de assistência técnica, foi retomada a política de educação para os assentados, e juntamente com o Ministério do Desenvolvimento agrário, formou-se uma equipe de especialistas para elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária” (FERNANDES, 2003, p.5).

No entanto, a saída precoce de Marcelo Resende do órgão, apenas oito meses, motivada por pressões da bancada ruralista à frente do Ministério da Agricultura, abriu espaço para equipe dirigida por Plínio de Arruda Sampaio, que elabora o II Plano Nacional de Reforma Agrária. O plano objetivava o “assentamento de 400 mil famílias, através de desapropriações, mais 500 mil famílias beneficiadas pela regularização fundiária e 150 mil pelo Crédito Fundiário, ou seja, pela compra de terra” (ROCHA, 2009, p. 52) até o ano de 2006. Porém, cumpriu-se apenas 53 % da meta de assentar

as 400 mil famílias em áreas desapropriadas. Em linhas gerais, Lula só conseguiu assentar 300 mil famílias durante os oito anos de mandato.

Rocha (2009) chama atenção para os dados que confere a Reforma Agrária no Governo Lula. Isto porque, as informações prestadas no INCRA incluem todos os assentamentos criados nesse período, ou seja, “o assentamento de todas as famílias que tiveram suas posses regularizadas ou que tiveram seus direitos nos assentamentos antigos reconhecidos, ou foram reassentadas em virtude da construção de barragens, como se fossem novas famílias” (2009, p.53), e os assentamentos criados pela RAM. Barone e Ferrante (2017) nos ajudam a compreender melhor como foi este período:

O governo assenta um número crescente de famílias nos anos entre 2004 e 2006 (sendo o pico em 2005, com 79 mil assentados, seguido de 74 mil, em 2006) - o que corresponde ao primeiro mandato de Lula. No seu segundo governo, no entanto, o ritmo de assentamento cai bastante, repetindo a performance do segundo governo FHC e definindo um viés de baixa que se mantém até os anos iniciais do governo Dilma (2011-2014) [...]. Os números dos anos seguintes da gestão Dilma não exibiram qualquer mudança de patamar no ritmo de assentamentos (sempre abaixo de 10 mil família assentadas por ano) (BARONE e FERRANTE, 2017, p. 28).

Na tentativa de explicar os baixos números de assentamento criados, o governo Lula usou como justificativa recuperar os assentamentos precarizados até 2006, entre as principais propostas, estavam a recuperação dos assentamentos implantados e a implantação de novos assentamentos, acompanhados das políticas básicas: crédito, infraestrutura, educação, capacitação técnica e comercialização (Fernandes, 2003). Por outro lado, foi retirada da pauta da Reforma Agrária os seguintes objetivos: “não inclusão do número de famílias que poderão ser assentadas até 2006; não mencionar a estrutura fundiária concentrada e abolir a crítica ao sistema latifundista”.

Fica evidente que as reformas que ocorreram (mudou-se a roupagem) na estrutura fundiária não trataram a concentração da terra como um problema e nem reconheceram a existência da *Questão Agrária*, sendo, portanto, um discurso incompatível com a Reforma Agrária ampla ou mesmo redistributiva”, como pensam alguns autores (FERNANDES, 2003; ROCHA, 2009). Compreendemos que uma “Reforma Agrária redistributiva” busca superar as desigualdades sociais do/no campo, assim atuando na descentralização do poder da terra e retirando o seu *status* de improdutiva, garantindo-lhe função social a terra.

### 3.3 FACES DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTO RURAL: ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA E ESTRATÉGIA POLÍTICA ESTATAL

A fragilidade da política de assentamento rural se encontra nas raízes do poder estatal, já que é um termo de domínio público para instituir qual o modelo encarregado de realizar a Reforma Agrária (Oliveira, 2011). Para que haja a construção dos assentamentos, são assinaladas múltiplas práticas, a exemplo de desapropriação de imóveis rurais, comercialização de terras e uso de terras de controle público para assentar posseiros, lavradores ameaçados ou expulsos das propriedades, e indivíduos pertencentes a diferentes movimentos populares.

A instalações dos assentamentos no entendimento de Caume (2006) não se afirmam no cenário de uma Reforma Agrária ampla e nem no sentido de elevar consideravelmente as condições de vida das pessoas assentadas. Por tudo isso não se ignora o fato de muitos dos assentamentos criados não assegurarem o desenvolvimento social, político e econômico das famílias beneficiadas.

A descaracterização e realização de políticas ou programas ineficazes acabam por implicar no funcionalmente e na qualidade de vida do assentamento. Em muitas situações, segundo as pesquisas de Ferrante (et.al., 2010), a carência de planejamentos, deficiência de um calendário para aplicação de investimentos financeiros e o afastamento periódico da assistência técnica, o que, além de comprometer a produção agrícola dos agricultores, inviabilizam o desenvolvimento econômico dos assentados.

São validas as considerações de Caume (2006) ao ponderar que tais espaços de assentamentos são construídos com os menores custos econômicos. Alves e Alves (2012) atestam que, no geral, os espaços onde os assentamentos são formados apresentam alto nível de pobreza e crises nos setores produtivas que os antecederam, quais acarretaram a estagnação econômica desses lugares.

Em parte, a política de assentamento não funciona como se é “idealizada” pelos órgãos públicos responsáveis. Mas, por outro lado, os assentamentos tem sido uma das saídas (se não há única) viáveis para as mudanças na estrutura fundiária, nos acampamentos e em outros espaços territorializados, que tomam forma e sujeitos que se vestem da bandeira da Reforma Agrária. Assim descreve Sparovek (2003):

Os assentados de hoje são os acampados de ontem, aqueles que perderam o emprego no campo, tiveram que vender suas terras ou

migraram para a periferia das cidades. O fato de eles aceitarem as condições dos assentamentos de forma passiva, isto é, independentemente de sua qualidade; reforça a importância do programa de reforma agrária e a necessidade de ampliação das ações do governo na intervenção fundiária (SPAROVEK, 2003, p. 95).

O autor ressalta que os objetivos das famílias com a terra vão muito além dos recursos recebidos - crédito e serviços. Compreendem processos relativos à melhora na qualidade de vida, levando em consideração a realização de práticas tradicionais intercaladas a novas práticas/técnicas, no intuito de assegurar a permanência no campo. Até porque os assentamentos criados estão longe de garantir condições de estabilidade financeira e renda monetária ampliada.

Daí a necessidade de uma Reforma Agrária ampla, com terra, acesso fácil ao crédito e assistência técnica contínua, que atenda às necessidades econômicas e sociais daqueles que reivindicam. Fazer uma melhor distribuição fundiária implica em ampliar às possibilidades de desenvolvimento para o campo e contribui para diminuir certos problemas urbanos, causados pelo êxodo rural para as regiões metropolitanas (Sparovek, 2003). Ao diminuir o fluxo migratório, conseqüentemente reduz o inchaço urbano, o desemprego, a favelização, a pobreza, a má-distribuição de renda e etc. A saída desse contingente do campo acontece em decorrência da concentração fundiária e exclusão da terra.

A instabilidade do trabalho e a incerteza do dia de amanhã é um dilema na vida dos trabalhadores despossuídos de terra, caso visto na incerteza dos boias-frias, dos arrendados, parceiros, moradores de condição e outras categorias de trabalhador. São constantemente forçados a transferir-se de um lugar para outro em busca de trabalho ou de terra para trabalhar.

Os assentamentos podem ser uma das formas para gerar empregos no campo e fortalecer a economia das pequenas cidades, além de dinamizar a oferta de alimentos. Em relação à arrecadação de tributos e impostos, na pesquisa sobre A Qualidade dos Assentamentos Rurais no Brasil, Sparovek (2003) explica que, apesar das dificuldades, os impactos são bastante reveladores da importância da distribuição da terra. O autor descreve o caso de Promissão-SP, uma área de quase 15.000 hectares, que fora no passado uma área de pecuária extensiva, quando desapropriada para atender 630 famílias, em oito anos se tornou uma referência em termo de arrecadação e desenvolvimento regional.

Antes, parte da propriedade compreendia terra inativa, sendo grande parcela concentrada na mão de um único dono. Com a formação do assentamento, as atividades econômicas foram ampliadas, resultando na maior extração de renda da terra que passou a ser investida dentro do próprio município. Isso permite a descentralização da terra e o fortalecimento da economia local. Contudo, este caso não poderia ser um fato isolado, ressalta Sparovek (2003).

Pesquisas realizadas pela FAO, em assentamentos, nas mais diversas regiões do País, comprovam uma substancial melhoria em todos os indicadores sociais pesquisados relativos à moradia, educação, saúde, mortalidade infantil e lazer (ROMEIRO, 1991; ITESP, 2000; cit. SPAROVEK, 2003, p. 24).

As melhoras apontadas pela Food And Agriculture Organization Of The United Nations (FAO) correspondem ao aumento da renda dos assentados, associado ao crescimento da produtividade agrícola e do consumo. Partindo-se dessas informações argumenta-se que o acesso democrático da terra possibilitaria produzir em maior quantidade os produtos agrícolas da sexta básica do povo brasileiro, a exemplo do feijão, batata, macaxeira, inhame e hortaliças.

Até então o censo agropecuário de 2006 confirma o que muitos autores já defendiam, ou seja, é a agricultura familiar que coloca a comida na mesa e que mais sustenta os postos de trabalho no campo. Estas unidades segundo Souza (2015) ocupam 12,3 milhões de trabalhadores nos mais diversos setores produtivos da agropecuária, correspondendo a um total de 74,4% do pessoal ocupado. Os dados do censo mostram que no Brasil registram-se 4.367.902 estabelecimentos familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos nacionais. Por outro lado, é o seguimento da pequena agricultura que menos possui terras ocupadas com lavouras, sendo apenas 80,2 milhões de hectares, o que equivale a 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Outro fato importante refere-se a maior produtividade destes agricultores, onde a produtividade por hectare ultrapassa a dos proprietários de grande escala, haja vista que as pequenas propriedades geram 87% de toda mão de obra no campo.

Na Paraíba, embora a pequena propriedade familiar abranja uma área de aproximadamente 23% das terras cultivadas, todavia, a produção agrícola nesses estabelecimentos corresponde mais de 40% da produção agrícola e da pecuária. Já em relação as principais lavouras temporárias cultivadas, os pequenos

estabelecimentos também apresentam números significativos, nos quais destacam o “feijão (79,71%), milho (64,25%), mandioca (80,18%), arroz (63,57%), batata-doce (99,89%) tomate (99,71%), inhame (99,51%) algodão em caroço (48,34%) e abacaxi (44,06%)” (SOUZA E TARGINO, 2009, p. 19), como podemos ver na tabela 02:

Tabela 02: Lavoura Temporária produzida em pequenos estabelecimentos Paraibanos	
Feijão	79,71%
Milho	64,25%
Mandioca	80,18%
Arroz	63,57%
Batata-doce	99,89%
Tomate	99,71%,
Inhame	99,51%
Algodão em caroço	48,34%
Abacaxi	44,06%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.  
Apresentado por SOUZA e TARGINO (2009).

A lavoura temporária produzida nos pequenos estabelecimentos mostra a importância das terras camponesas para manutenção familiar e fornecimento de alimentos. Outro dado importante segundo Souza e Targino (2009, p. 23) refere-se à pecuária, “mais de 70% da produção de asininos e de suínos está centrada nos pequenos estabelecimentos. Estes apresentam também 42,16% da criação de equinos; 45,16% de caprinos e 42,85% da criação de ovinos”. Em relação a derivados, 65,57% da venda de leite de vaca; 54,42% de leite de cabra e 24,44% da produção de ovos são produzidos nesses estabelecimentos.

Para tal realidade, “o assentamento representa a possibilidade de reinserção na terra, daqueles que um dia foram expulsos, e de reprodução da família camponesa” (RODRIGUES, 2010, p. 11). Consoante Fernandes (2003; 2004), a conquista do assentamento não significa o fim da luta dos trabalhadores pela terra, mas, demarca na sua trajetória de luta a abertura para melhorar as condições de vida e de trabalho na terra, as quais possibilitam a realização de sonhos já mais pensados em serem concretizados por estes sujeitos.

Nesses lugares são mantidos a relação com a terra, mediante as relações de trabalho e, por meio do trabalho, asseguram a própria reprodução do modo de vida camponês. Ao adquirirem um pedaço de chão, os sujeitos beneficiados têm na terra um meio de reproduzirem a sua atual condição. Portanto, os camponeses organizam a vida e as atividades econômicas no assentamento no intuito de garantir, através da

relação de trabalho empregado a terra, a sua sobrevivência e de sua família. Assim descreve Felício (2006):

A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família propiciando a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. A combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Desta forma a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio (FELÍCIO, 2006, p. 213).

Esses territórios apresentam uma quebra de oposições sociais (proprietário rural e trabalhadores rurais em terra), onde se sobressai à coesão de ideias e interesses comuns. Para o qual, o dito grupo, partindo-se das demandas do assentamento e através de pressões ao Estado, eles buscam assegurar benefícios estatais que lhe são de direito, como educação e saúde de qualidade, apoio subsidiário, garantia de preços da produção através de um canal específico.

A realização da Reforma Agrária está para além de resolução dos conflitos pela terra e da organização dos trabalhadores rurais nos espaços assentados (Fernandes, 2003; 2004). Sinaliza o advento do processo de (re)configuração do espaço agrário ao romper com o poder latifúndio, conduzido por um processo de luta seguido de retorno dos camponeses a terra.

## 4 CONFLITOS AGRÁRIOS NA PARAÍBA E NO CURIMATAÚ: ORIGENS DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Os conflitos por terra na Paraíba, assim como no Brasil, remontam o período pré-colonial, havendo disputas entre tribos indígenas; e se seguem intensas no período colonial, entre índios que resistiam em seu território contra os colonizadores. O capítulo propõe apontar o que fez com que os conflitos por terra perdurassem até os dias atuais, focalizando nos acontecimentos históricos que podem ajudar a entender a origem deles e que implicaram na organização\reconfiguração do espaço agrário paraibano e do Curimataú. Para isso destacamos dois elementos antagônicos: latifúndio e assentamento rural.

### 4.1 A FORMAÇÃO-ESTRUTURAÇÃO-CONSOLIDAÇÃO DO LATIFÚNDIO BRASILEIRO

A Coroa Portuguesa, através da Sesmaria, ocupou a costa do território brasileiro e a fracionou em grandes extensões de terras, concedendo a poucos donatários. Por esse processo “o território colonial foi parcelado em 14 capitanias, divididas em 15 lotes e distribuídos por meio de um intermédio de uma *Carta de Doação* e de um *floral* [...]” (FILIPPI, 2005, p. 62). Martins (2003) realça que as capitanias compreendem a primeira divisão política-administrativa do Brasil.

Com o surgimento do Sistema da Sesmaria o permissionário da capitania podia fazer concessões de terras a donatários (ou sesmeiros) apoiadores da Coroa Portuguesa, e estes poderiam ceder alguns quinhões de terras a terceiros. De acordo com Filippi (2005) a hierarquização dessas relações contratuais era possível em virtude a *Carta de Doação* concedida pelo rei de Portugal aos administradores da capitania, tendo em vista a comercialização de forais.

O *floral* compreendia um documento que tramitava direitos e deveres ao permissionário que recebia a terra. Um desses deveres era que a terra cedida não poderia ser vendida ou passada a terceiros. Quando o donatário vinha a falecer, a terra poderia ser herdada pelos filhos. Por outro lado, o *floral* permitia que fosse firmado contratos com os trabalhadores - foreiros, meeiros, arrendatários e outros

(Filippi, 2005). Os trabalhadores que recebiam um pequeno pedaço de terra ficavam comprimidos a pagarem tributos a Coroa e ao donatário da sesmaria.

Para exploração das terras coloniais, Stedile (et.al., 2011) salienta que foi introduzido o sistema de *plantation*<sup>4</sup> no intuito de designar e organizar a produção nas fazendas. Foram usadas grandes extensões para o cultivo de monoculturas de exportação, sendo a cana-de-açúcar, cacau e algodão as principais. E também para criação bovina visando o abastecimento do mercado externo.

A mão de obra escrava traficada da África foi fundamental para instalação e funcionamento do sistema de *plantation* durante três séculos de escravidão e colonização portuguesa. Os negros compreendiam a força de trabalho matriz nas fazendas de cana-de-açúcar e posteriormente de café, lembra Martins (2003).

A sesmaria (grandes fazendas) será de onde nascerá o latifúndio no Brasil, amparado legalmente na Lei de Terras nº 601, sancionada em 18 de setembro de 1850. Conforme Silva (1999), esta lei tinha duas pretensões básicas: impedir que os negros ex-escravos e índios ex-cativos pudessem adquirir terras devolutas, e, ao mesmo tempo, mantê-los como trabalhadores “livres” nas fazendas. E serviu anos mais tarde para evitar que os emigrantes recém-chegados tomassem posse de um quadro de terra. Quando chegaram aqui ela já tinha dono (Martins, 1981).

Martins (2003) considera que a Lei de Terras também teve um viés econômico para formação territorial do Brasil, pois consigo surgiu a propriedade privada da terra. Isso ocorreu no período de 1822 a 1870, quando é concedida a regularização de terras aos fazendeiros e pequenos posseiros. Bastaria ir as casas paroquiais (igreja católica) e documentá-las.

Assim se constituiu a estrutura fundiária brasileira, sendo a maior parte das terras agricultáveis concentradas em poucos donos, e as migalhas ficando ao restante dos trabalhadores rurais para garantir a sua sobrevivência no campo, fato que produziu um antagonismo na criação e recriação do campesinato. O latifúndio se afirmou como um símbolo de poder e dominação da aristocracia rural sobre os menos favorecidos. Conforme Guimarães et.al., (2011), agora são os senhores proprietários de grandes extensões de terras que

determinam as condições dos contratos de trabalho, as formas de remuneração, os tipos de arrendamento, as lavouras e criações

---

<sup>4</sup> *Plantation* é um termo inglês usado para discriminar o modelo de exploração da colônia.

permitidas, os preços dos produtos, os horários de trabalho, os serviços gratuitos a prestar, ditam as sentenças judiciais e impõem as restrições à liberdade que lhes convêm, sem o mínimo respeito às leis vigentes (GUIMARÃES et.al., 2011, p.51).

Tal população de origem pobre, de modo geral, não teve condições econômicas para comprar uns acres de terra. Desde então passaram a sujeitar-se as novas relações de trabalho no interior das fazendas, sob o sistema morador de condição, arrendamento, meia e parceira (MOREIRA, 1996). A concentração da propriedade da terra tornar-se-á fundamental para compreendermos a organização-manutenção-submissão da classe trabalhadora do campo, assim como motivará ascensão dos conflitos entre camponeses e latifundiários.

As diferentes formas de exploração/organização do território paraibano, baseadas inicialmente no trabalho indígena, depois negra escrava, e mais na frente no sistema morador de condição<sup>5</sup>, permitiram que houvessem transformações consideráveis na produção primária do estado. Isso levou a especialização de três regiões econômicas: Litoral Açucareiro ou Zona da Mata, Sertão Pecuárta-Cotonicultor e o Agreste Policultor-Pecuárta (MOREIRA, 1996).

#### 4.2 A CRIAÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA PARAÍBA E CURIMATAÚ ORIENTAL

Até a segunda metade do século XX o cenário agrário paraibano em sua forma, função e estrutura continuavam às mesmas do período colonial, salvo algumas exceções (a mão de obra não era escrava e os engenhos eram gradativamente substituídos pelas usinas).

Este cenário se agravou com a consolidação do modelo agro-primário-exportador em meados da década de 1970, em consequência a *modernização conservadora* da agricultura, que passou a consumir cada vez mais as terras aráveis, rompendo com as relações clientelistas concedidas a parceiros, arrendatários e moradores. A inserção do capital nos grandes estabelecimentos culminou no fechamento das terras e na massiva expulsão desses sujeitos.

---

<sup>5</sup>O morador de condição surgia quando o valor dos escravos aumentava. Os donos de engenho permitiam que certos camponeses trabalhassem nas suas terras, em troca, as famílias pagavam pelo aluguel de uso da terra em dinheiro ou com parte de sua produção.

Os camponeses ameaçados e expropriados das terras passaram a enfrentar aqueles que lhe queriam fora dela. Moreira e Targino explicam que “a reação da classe trabalhadora se deu em duas frentes de luta: a luta por terra e a luta por condições de trabalho e salário” (2011, p. 156). A resistência conduzia a luta dos trabalhadores por um meio de reprodução, que para eles, é compreendido a partir da terra.

Observa-se que os conflitos por terra na Paraíba não estão dissociados dos conflitos delongados intensamente no campo brasileiro nas décadas de 1970, 1980 e 1990, assim por diante. É importante realçar também que cada conflito obedece a certas especificidades da luta e dos atores envolvidos. “Na Paraíba, a luta por terra assumiu no período duas modalidades: a luta de resistência e a de ocupação” (FERREIRA, 2016, p. 21). Tomando por base os escritos de Moreira (2011), Ferreira explica que:

A luta de resistência dos posseiros e moradores tinha por meta evitar a sua expulsão-expropriação das terras em que viviam e trabalhavam [...]. A luta de ocupação é uma luta contra o monopólio da terra e contra a dominação do capital sobre a agricultura. São os pobres excluídos do direito à terra e/ou à água que avançam sobre o território dominado pelo capital representado pela propriedade privada latifundiária monocultora ou pecuarista para, numa disputa quase sempre desigual, transformar a terra de negócio em terra de reprodução da vida (FERREIRA, 2016, pp. 21-23).

Através das organizações de luta, como os sindicatos, Federação dos Agricultores na Agricultura (FETAGE), CPT e o MST, muitos camponeses conseguiram conquista a terra. Parte dos conflitos foram para permanecer na terra, caso da Mesorregião do Agreste, que teve o Curimataú entre as principais áreas de conflitos, onde os camponeses resistiam à expulsão das fazendas (MOREIRA, 1996). Em outros casos, a luta era para receber direitos trabalhistas, como aconteceu nas duas usinas do Brejo paraibano, com a desapropriação da Usina Santa Maria (Pilões/Areia) e Tanques (Alagoa Grande).

Com o fim do Programa Nacional de Álcool (PROÁLCOOL), a usina Santa Maria decreta falência, e os trabalhadores cobram direitos trabalhistas a mesma. Com o apoio da diocese de Guarabira e através do Serviço de Educação Popular (SEDUP) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a luta por direitos trabalhista se transforma no direito de permanecer na terra. Na usina Tanques se desenvolveu um movimento de camponeses sindicalizados que lutavam contra a exploração e a favor de direitos trabalhista. A luta e conquista da terra chega ao seu fim depois do

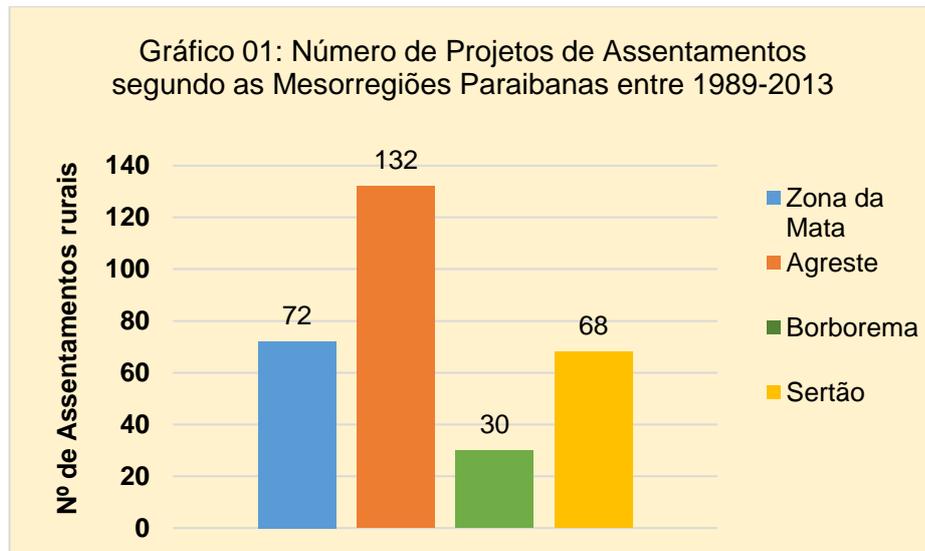
assassinato da liderança sindical Margarida Maria Alves, a mando do grupo da Várzea (um grupo de usineiros que dominavam as terras da região). Contudo a violência contra os camponeses que reivindicavam o direito à terra ou para permanecer nela se fez presente em todo o estado da Paraíba.

Se no Brejo, foi a decadência da cana-de-açúcar e o fim das políticas de incentivos governamentais à produção que acarretam a falência das usinas e motivam as lutas por direitos trabalhistas e depois para permanecer na terra; na região semiárida, foi o fenômeno da seca, a competitividade internacional da produção de lã de algodão (Estados Unidos) aliada à praga do bicudo que promovem a decadência das grandes propriedades rurais e, com isso, abre espaço para organização da luta de resistência dos camponeses para permanecerem na terra. Moreira e Targino (2007, p. 82) detalham que,

A grande maioria dos assentamentos do semiárido paraibano foram criados a partir da segunda metade dos anos 90, em virtude de uma conjugação de fatores, tais como: a) uma presença mais atuante da CPT na região, possibilitando o crescimento da organização dos trabalhadores em torno da luta pela terra; b) a crise da economia do semiárido decorrente do desmantelamento da atividade algodoeira e das sucessivas secas que se abateram sobre a região, provocando a queda no preço da terra de modo que a desapropriação passou a se constituir num “bom negócio” para muitos proprietários, tendo estes disponibilizado suas terras para aquisição pelo Incra; c) a atuação da FETAG que, de forma burocrática, encaminhou vários pedidos de desapropriação que foram acolhidos pela Superintendência do Incra [...] (MOREIRA; TARGINO, 2007. p.82).

Conforme a pesquisa de Ferreira (2016), tendo por base Moreira (2014), as áreas com maior distribuição de Projetos de Assentamento na Paraíba de 1989 a 2013 foram o Brejo Seco e o Curimataú. Isso se deve a intensa atuação da Diocese de Guarabira/PB e das paróquias locais para a luta e conquista da terra. É tanto que, entre as 8 Microrregiões Agrestina, o Curimataú Oriental é a quarta com maior quantidade de área (1.307,4 km<sup>2</sup>), perdendo apenas para Campina Grande (2.124,8 km<sup>2</sup>), Itabaiana (1.532,8 km<sup>2</sup>) e Guarabira (1.319,2 km<sup>2</sup>).

O Agreste chama a atenção por ser a Mesorregião onde mais foram criados assentamentos no período mencionado, sendo um total de 132. Os números apresentados revelam uma diferença notável para o segundo colocado, a Mata Paraibana, que registra a criação de 72 assentamentos, seguida do Sertão com 68 e a Borborema com 30 assentamentos (Gráfico 01):



Fonte: Ferreira (2016)

Como se observa no Gráfico 01 o Agreste se mostra uma área eminentemente conflituosa. Apoiadas pela ala progressista da igreja católica, CPT e SEDUP, na figura da diocese de Guarabira-PB, sob direção de padre Luigi Pescarmona, dezenas de famílias camponesas conseguiram um pedaço de terra. Caso identificado, como o Curimataú Oriental, uma vez que a maioria dos assentamentos são reflexo das lutas de resistência e de ocupação afloradas nas décadas de 1980 e 1990 (apenas 5 PA's foram criados nas primeiras décadas do século XXI). É verificada a presença de assentamentos em todos municípios que compõe a Microrregião, constata o SIPRA-INCRA-PB (Tabela 03):

Tabela 03: Nº De Assentamentos No Curimataú Oriental

Municípios	Quantidade de Assentamentos	Capacidade (nº de famílias)	Famílias Assentadas	Hectares (ha)
Araruna	11	531	506	7.214,2
Cacimba de Dentro	1	16	16	133,1
Casserengue	3	35	35	1.566,9
Dona Inês	5	222	209	4.491,1
Riachão	1	44	44	770,1
Solânea	3	80	80	1.566,9
Tacima	1	35	35	533,1
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>963</b>	<b>925</b>	<b>15.692,2</b>

Fonte: adaptado do SIPRA-INCRA-PB, 2020

O Curimataú Oriental possui 25 projetos de assentamentos, com capacidade para 752 famílias, destes 925 foram assentadas. O conjunto de assentamentos dessa

Microrregião possuem aproximadamente 15.692,2 ha de terras. Salienta a situação do PA José Maria da Pires localizado em Solânea. Este assentamento foi criado em 25 de fevereiro de 2016 através de desapropriação, mas até agora não há registros de famílias cadastradas do SIPRA/INCRA-PB.

A área reunida dos municípios que fazem parte do Curimataú Oriental compreende uma extensão territorial de 1.351,763km<sup>2</sup>, e, quando convertido esses quilômetros em hectares, tem-se uma área de 135.176 ha. Por estes números afirmamos a expressividade do espaço ocupado pelos assentamentos rurais (15.692 ha) no Curimataú Oriental, a saber que eles representam aproximadamente 11,6% (ha) da área total da região. Portanto, devemos considerar na análise geográfica o impacto dos assentamentos na região semiárida paraibana.

Entre os municípios que compõe o Curimataú Oriental, toma destaque Dona Inês que, embora possua 5 PAs, estes representam uma área de 4.491,1 ha, onde registram 209 famílias assentadas. Neste Município se localiza o objeto de estudo desta pesquisa, o PA Sítio.

A criação do PA Sítio também é resultado do conflito pela terra na Fazenda Sítio em meados da década de 1980. Foram incontáveis episódios de repressão aos camponeses ex-moradores antes da propriedade ser desapropriada para Reforma Agrária. A partir da luta pela terra e para permanecer nela, as famílias foram assentadas e fizeram do antigo espaço um novo território de vida.

#### 4.3 PROCESSO HISTÓRICO DA LUTA PELA TERRA NA FAZENDA SÍTIO ATÉ A CRIAÇÃO DO PA SÍTIO

“Nas terras da fazenda sítio trabalhavam 81 famílias de arrendatários e 6 famílias de parceiros, totalizando 515 pessoas. Das 87 famílias, 85 eram residentes no imóvel, em casas de taipo, com cobertura de telha” (MOREIRA, 1997, p. 658). Praticamente as terras eram exploradas pelos agricultores, com cultivos de milho, feijão, mandioca, algodão, sisal, fava e espécies frutíferas. Os agricultores também tinham acesso a casa-de-farinha, um simples estabelecimento de propriedade de Joaquim Cabral. Porém, tinham que pagar com a fração da produção chamada de “conga” em troca do uso da agroindústria.

No recadastramento dos imóveis rurais feito em 1978, foi identificado que a fazenda sítio computava mais de 1.000 hectares de terras, sendo assim, classificada

como latifúndio de exploração. Desse modo a área foi selecionada para Reforma Agrária, visto que estava dentro dos critérios do subprojeto do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). Assim o conflito pela terra da Fazenda Sítio, localizado na Microrregião do Curimataú Oriental, teve início no ano de 1980. O imóvel rural tinha uma área de 1.813, 71 hectares, onde esteve 87 famílias envolvidas, entre trabalhadores e arrendatários (MOREIRA, 1997).

O PROTERRA, amparado pela Lei 6.395/64 (Estatuto da Terra), previa a desapropriação de propriedades com mais de 1.000 hectares para instalação de médios e pequenos imóveis, equivalendo 20% para ser distribuída entre os agricultores desprovidos, que teria o apoio financeiro e assistência do governo federal. Segundo Andrade (2005), as propriedades com mais de 1.000 hectares e menos que 3.000 deveriam reservar 30% da propriedade, já aquelas entre 3.000 hectares e 5.000 na faixa de 40%, e com mais de 5.000 hectares destinava 50%. O preço pago pelo imóvel desapropriado era definido pelo Ministério da Agricultura após avaliação do laudo técnico do INCRA. Entretanto, este programa tornou-se um mecanismo benéfico aos latifundiários, uma vez que o valor pago pela propriedade compensava enormes vantagens aos mesmos.

Andrade (2005) explica que a criação do Estatuto da Terra e o IBRA teve como finalidade resolver a “Questão Agrária”. O fato de a Região Nordeste apresentar uma concentração fundiária expressiva pode explicar a intensificação dos conflitos pela terra nesta parte do Brasil, principalmente nas áreas da Zona da Mata e no Agreste, as quais foram prioritárias para execução da Reforma Agrária.

O proprietário que não “aderia ao programa, as suas terras ficavam sujeitas a desapropriação de um percentual fixo que varia entre 20% e 40% da área total” (MOREIRA, 1997, p. 658). Com base no estudo local de *Isaias Silva dos Santos (2017)* e na pesquisa de Moreira (1997), o dono da fazenda sítio Joaquim Cabral de Melo não aceitou participar do PROTERRA/FUNTERRA (Fundo de Terras), discordando da venda da sua propriedade.

“Após a realização do laudo técnico, o Incra deu andamento ao processo de desapropriação de 40% das terras do imóvel” (MOREIRA, 1997, p. 658). Em 23 de julho de 1980 foi dado através do Decreto de nº 84.962 o ato desapropriatório da Fazenda Sítio. Depois desta ação judicial, a qual beneficiou os trabalhadores, o

latifundiário Joaquim Cabral passou a perseguir os agricultores que acompanhavam de perto o processo de desapropriação através das reuniões no INCRA.

Em discordância do processo de desapropriação que tramitava na justiça, o dono da terra passou atacar os trabalhadores. As denúncias das atrocidades foram reportadas pela CONTAG ao presidente do INCRA-PB, quais sejam: a) soltou o gado nos roçados dos agricultores, destruindo as plantações agrícolas causando prejuízos irreparáveis; b) construiu cercas de arame farpado ao lado das casas dos moradores; c) os proibiu de plantarem nas suas terras, além de outras investidas que serão apresentadas a seguir.

É evidente que estes atos tinham como objetivo expulsar os arrendatários e trabalhadores da propriedade. Moreira (1997) faz uma listagem de fatos registrados nos documentos consultados e examinados, que relatam violências de todos os gêneros orquestradas por Joaquim Cabral de Melo e seu filho Eugênio Cabral, e executadas pelos seus funcionários.

- 1) Em 1983 o dono da terra teria mandando prender os reideiros Sr. Manoel Bezerra da Silva e o Sr. José Severino dos Santos;
- 2) Em 1984, juntamente com alguns capangas José Joaquim Cabral teria ameaçado outro agricultor, o Sr. Pedro José da Silva, e ainda destruído mil covas de mandioca verde do mesmo e várias bananeiras plantadas as margens do rio Curimataú, pelo Sr. Sebastião Antônio da Silva;
- 3) Em 1985, a mando do proprietário, o Sr. Hermínio Bernardo da Silva teve a sua casa demolida por um trator;
- 4) Em 17 de janeiro de 1986, a tensão agravou-se quando o proprietário, acompanhado de vários capangas armados, foi à fazenda e proibiu os arrendatários de “colocar roçado”, sob a pena de sofrerem “as maiores consequências” (MOREIRA, 1997, p. 659).

Além desses fatos, o prefeito da cidade de Dona Inês – PB e filho do proprietário da terra, Eugênio Cabral foi acusado no ano de 1987 de planejar um atentado contra o padre Luigi Pescarmona, um dos líderes religiosos da Diocese de Guarabira – PB, que estava à frente da luta pela terra na região. Um ano depois, Eugênio Cabral protagoniza ações de represália a 40 posseiros. Foi um episódio de notável repercussão nos jornais paraibano, afirma Moreira.

Segundo nota distribuída à imprensa pela Pastoral Rural, tudo começou por volta das 18 horas do dia 18 de abril, quando o prefeito de Dona Inês, acompanhado de sete homens armados de espingarda 12 e a cavalo, entrou na fazenda e foi encontrar na roça 40 posseiros que, em regime de mutirão, cultivavam os roçados uns dos outros [...].

O prefeito investiu contra eles, ameaçando e destruindo os roçados. Deferiu os primeiros tiros, seguido por seus auxiliares[...]. Daí teria seguido um tiroteio que deixou 7 pessoas feridas, inclusive crianças de 10 e 16 anos de idade (MOREIRA, 1997, p. 660-661).

Este acontecimento foi denunciado por diferentes jornais da época, os quais fizeram a cobertura dos fatos ocorridos. Moreira (1997) atesta os jornais: Correio da Paraíba, O Momento e o Norte-PB. Este último manifestou tamanha indignação, exigindo as devidas punições aos respectivos culpados. Várias entidades políticas declararam apoio a luta dos posseiros da Fazenda Sítio, a exemplo da Pastoral da Terra, a Diocese de Guarabira, a FETAG, CPT Nacional e outras organizações identificadas com a luta da classe trabalhadora.

Foi aberto um inquérito para investigar o caso de violência e tiroteio na Fazenda Sítio. Porém, parece que a conclusão do caso e as punições aos responsáveis foram esquecidas nos arquivos judiciais. Moreira (1997) argumenta não ter encontrado desfecho policial ou judicial nos processos averiguados e em qualquer outra documentação lida sobre o processo, os documentos não permitiam nenhuma conclusão sólida.

A autora alça fortes críticas ao papel do Estado nos processos que envolvem a desapropriação dos imóveis para o projeto de Reforma Agrária. Chama atenção para demora, além de os entraves burocráticos nos processos de desapropriação aliados a esperteza dos donos de terras que se aproveitam dos desacertos do Estado em acelerar os processos. Por outro lado, destaca a luta de resistência dos camponeses para permanecer na terra. Quando isso acontece, a eclosão dos conflitos é inevitável.

É evidente a inercia do Estado diante da intensificação dos conflitos pela terra, uma vez que o atentado contra os rendeiros e trabalhadores ocorreu três dias após a assinatura do Decreto 95.925/88, o qual desapropriou pela segunda vez o imóvel. Por fim, fica as claras a demora dos órgãos públicos responsáveis, caso do MIRAD (extinto pela Medida Provisória nº 29 em 15 de janeiro de 1989), que atuou de forma vagarosa nos processos de desapropriação e na emissão de posse para criação dos assentamentos, inclusive o Assentamento Sítio.

Moreira (1997) salienta que, enquanto a desapropriação das terras da fazenda ainda não estava totalmente regularizada judicialmente, outros conflitos surgiam e eram denunciados pela imprensa paraibana. Nesse intervalo de tempo a imprensa denunciou casos de expulsão dos posseiros por pessoas que estavam invadindo as glebas em posse, constituindo-se assim uma real situação de grilagem de terra. A

estes problemas somam-se também a ação de 80 policiais, liderados pelo Cabo Genival Henriques do destacamento de Dona Inês e pelo Sr. Eugênio Cabral. As investidas dos policiais agravaram ainda mais a sensação de medo aos posseiros, apesar destes se manterem esperançosos.

A Fazenda que deu origem ao PA Sítio foi desapropriada para fins de Reforma Agrária em 15 de abril de 1988, através do Decreto Nº 95.925/88. A emissão de posse saiu em 28 de maio de 1989, e em 7 de agosto do mesmo ano 82 famílias foram assentadas em uma área de 1813 ha. Moreira (1996) descreve que apenas 25% das terras foram desapropriadas, diferente dos 40% previsto, fato que gera dúvidas em relação a atuação do Estado com a garantia dos direitos desses trabalhadores.

Depois da desapropriação em 1994 foram disponibilizados recursos estatais do PROCERA para construção de casas, cisternas, cercas, e para compra de implementos agrícolas e aquisição de bovinos e caprinos. A criação do gado aconteceu de forma coletiva entre os assentados. Dois anos depois (1996) vai ser instalada a rede de energia elétrica.

No então período, as famílias assentadas pré-definiram os espaços onde poderiam ser os seus futuros lotes. Assim construíram as suas casas nesses lugares e estabeleceram limites a área. Nos casos que haviam disputas entre famílias vizinhas por certos quinhões de terra, o INCRA orientou a medirem a distância das casas e estabelecerem um limite (simbolicamente), dividindo a área disputada em partes iguais, para assim fosse evitado qualquer conflito interno.

A lógica de organização dos assentados que tem na terra o ponto de partida para a gestão do lote, modifica substancialmente a paisagem geográfica, onde foi um território monopolizado pela monocultura ou pela pecuária, agora é ocupado por policulturas e pequenas criações de aves, bovinos, ovinos, caprinos e suínos, em vista da reprodução da família. Estão são as questões chaves como os principais resultados e discussões que travaremos a partir do próximo capítulo, considerados os termos do Estado brasileiro quando trata os assentados enquanto agricultores familiares e que aqui, consideramos enquanto recriação dos territórios camponeses.

## 5 REPRODUÇÃO DOS ASSENTADOS DO PA SÍTIO: PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DO(S) TERRITÓRIO CAMPONÊS

O termo planejamento territorial aparece mais presentes nas diretrizes das políticas e dos programas estatais. No contexto das políticas públicas, o planejamento significa ações com propósito de solucionar problemas setoriais – e até estruturais - da sociedade, porque se percebe a necessidade de organizar e gerenciar tais problemas, visando o “desenvolvimento” econômico dos lugares.

As ponderações de Hissa (sem página) são validas ao planejamento, a saber que sua aplicabilidade na sociedade “moderna” pode ser tendencioso e favorecer certos grupos elitista quando o mesmo é pensado de modo tradicional. Nesse sentido, as duras críticas devem ser feitas aos modelos de planejamento feitos a partir do pós-guerra. Em linhas gerais

A criação de normas, de estilos e de comportamentos padronizados e indesejáveis. Planejar pode implicar na produção de limites à criatividade. Planejar pode, ainda simplesmente significar a elaboração de planos: para que sejam ignorados; para atender demandas políticas; para legitimar posturas políticas, democráticas, mas também demagógicas ou populistas. Estas últimas, com frequência, são resultado e características de um planejamento clássico, conservador, tradicional, construído pela história (HISSA, p.34).

O planejamento se apresenta como técnica de organização da vida individual, social, profissional, e, envolve contextos familiares, no trabalho, no lazer, na economia, meio ambiente etc. Muitas vezes o planejamento ocorre de modo verticalizado, o que pode se tornar um problema maior. Nesse sentido, percebe-se que os limites dos assentamentos rurais aparecem dentro das próprias ações do Estado, que planeja e implementa a política redistributiva de terra, sendo postulada de cima para baixo pelos órgãos estatais responseis.

Wanderley (2001) levanta outros aspectos que ultrapassam os limites da política de assentamento e que devem melhor abordados.

Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social

das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade (WANDERLEY, 2001. p. 32).

O planejamento do território perpassa por diferentes esferas sociais e de poder, e em diversas instâncias. No entendimento de Krambeck “o planejamento é visto como uma ação que define as formas e caminhos para atingir objetivos pré-determinados, a partir de uma realidade específica e suas características, possibilitando tomar decisões antecipadamente” (2007. p. 31). Trata-se de um mecanismo importante na coordenação de ações definidas em vista de se chegar ao mais próximos possível dos resultados esperados.

O planejamento do uso dos recursos da terra é entendido como a caracterização sistemática de fatores físicos, sociais e econômicos, de forma a dar suporte aos usuários da terra, na seleção de opções, que incrementem a produtividade da terra, que esta produção seja sustentável e que atenda às necessidades da sociedade (KRAMBECK, 2007. p. 53).

Nas últimas décadas a reprodução camponesa também tem perpassado pela atuação do Estado, através de ações. Entretanto, o modo como as ações governamentais chegam aos assentados, e, quando chegam, têm os objetivos e funções descaracterizadas, diferente da forma que foram pensadas/planejadas, tomando aspectos distorcidos em relação ao seu real papel.

O planejamento territorial do assentamento, a divisão dos lotes, ou dentro dos mesmos, seguiu uma lógica que otimize o trabalho do pequeno agricultor. As formas de organização camponesa obedecem a uma logística de desenvolvimento social, pois o camponês vê a terra como parte de sua existência, é nela que este se realiza.

A terra é explorada para atender as necessidades básicas da família, isso significa dizer que é um espaço reconfigurado para atender a reprodução social. O lote de terra é fracionado e ocupado com várias atividades produtivas: 1) roçados, onde desenvolvem a policultura; 2) plantação de capim forrageira ou pastagem; 3) reserva de mata para extração de madeira; 4) criação de animais de pastoreio; 5) nos espaços domésticos criação de suíno, aves e pequenas hortas.

Silva (2017) concorda com Bombardi quando explica que dentro da lógica do camponês, o trabalho empregado, o tempo que se gasta para realização das tarefas, os conhecimentos aplicados, as áreas de plantio e de criação, geralmente são

voltados a manutenção do grupo familiar. Eles buscam primeiro a satisfação da família, o que sobra de excedente pode ser comercializado.

Oliveira (2007) define este processo a partir da fórmula M-D-M. A sigla “M” corresponde as mercadorias produzidas na terra, pois, são produtos agrícolas destinados a venda. A letra “D” representa dinheiro. Com dinheiro busca-se adquirir outras mercadorias (ou “M”) que não são produzidos na terra.

Na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula M — D — M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades (OLIVEIRA, 2007. p. 40).

O planejamento dos camponeses nos assentamentos rurais de Reforma Agrária, em particular os do PA Sítio, seguem a fórmula M-D-M. Ou seja, as famílias assentadas produzem mercadorias de origem agrícola (*inaturi*), quando essa mercadoria excede, eles vendem, tendo em vista obter dinheiro para comprar outras mercadoria, como roupas, sapatos, sabão, moveis e tantos outros. Esse processo é feito a séculos pelo campesinato e tem assegurado a sua reprodução em diferentes épocas (OLIVEIRA, 2007).

Daí a importância da discussão de Moreira (2007) ao defender o assentamento como território de esperança. A autora explica que para o camponês, conquistar a propriedade capitalista é mais do que a conquista da terra; é a conquista da autonomia sobre aquele espaço, sobre as relações de trabalho e de produção, sendo, portanto, a possibilidade de transformar a vida desses trabalhadores que a conquistou, um território do amanhã (de esperança).

As concepções de Moreira (2007) norteiam a análise no PA Sítio, verificando como as famílias territorializam a terra, como planejam e organizam o seu território, e qual linha de compreensão usam para concretizar as suas ações diante das exposições externas das políticas públicas e atuação do Estado. É impensável não considerar o papel do Estado na promoção desses espaços, assim como a realização de uma Reforma Agrária ampla pode fazer com que a produção camponesa alcance o mesmo grau de competitividade com outros setores da agricultura (agronegócio).

Outra questão importante remete ao conceito de camponês e seu papel nas sociedades antigas, escravocrata, medieval e capitalista. Conforme Shanin (2005. p. 14) “os camponeses representam uma especificidade de características sociais

econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem.” Deste modo, concordamos com Marques (2008. p. 58) quando entende “o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida.”

O conceito de camponês diz respeito a construção de uma classe social, o campesinato, que sempre esteve disputando território no campo em todo o mundo. Ora lado a lado com a burguesia rural, exercendo trabalho de subserviência, ora se contrapondo a expropriação e exploração da classe camponesa, protagonizando conflitos agrários de resistência camponesa.

Os sujeitos que marcham em defesa de um território, constroem na luta uma relação de identidade com a terra disputada (MOREIRA, 2007). O território camponês é produzido de acordo com as interações sociais, pelo qual os camponeses vislumbram uma condição social e econômica satisfatória, que se distanciam das relações de dominação. Este processo dá sentido ao termo “territórios da esperança”, para pensarmos os espaços dos assentamentos.

O planejamento territorial dos assentamentos pode ser orientado por duas perceptivas distintas que obedecem a formas de organização diferenciadas: a) buscar seguir as orientações dos órgãos estatais (a exemplo do Incra), que planejam e configuram o assentamento segundo no âmbito de políticas públicas de desenvolvimento agrário e agrícola b) construir outra visão de planejamento, amparado no trabalho familiar e coletivo, orientado por saberes tradicionais.

## 5.1 PLANEJAMENTO DOS LOTES: RELAÇÕES TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR

O INCRA levou quase trinta anos para lotear o PA Sítio. No ano de 2019 foi oficializado a divisão dos lotes, tendo pouquíssimas alterações, uma vez que as terras loteadas foram distribuídas justamente nos lugares onde as famílias já moravam e exploravam, assim como o tamanho da área permaneceu quase a mesma. Os critérios utilizados para legalizar os limites dos lotes foram: localização e capacidade produtiva da família. Na prática, teve assentados que ampliaram o tamanho da terra para parcelas maiores de 22 ha ou de 40 ha, e um pequeno grupo, que preferiu manter-se com a sua porção de terra, sendo a média de 5 ha.

O atual presidente da associação explica que na época da divisão dos lotes, os chefes-de-família já idosos preferiram receber uma quantidade de terra que lhe fosse conveniente a sua capacidade produtiva. A falta de capacidade física e produtiva (não tinham mais os filhos para ajudar) justifica a decisão desses assentados. Aqueles que receberam lotes com a média de 40 hectares foi em virtude da localização da terra, sendo geralmente em áreas de serra e de vertentes acentuadas, de relevo abrupto, o que dificulta o desenvolvimento da agricultura. Os lotes com média de 22 hectares correspondem ao tamanho da terra que foi possível distribuir na chã das serras e nas baixadas, próximas ao rio Curimataú.

As casas dos assentados são relativamente distantes uma das outras, exceto algumas situados na área comunitária, onde está a sede da Associação do Assentamento. O espaço comunitário estende-se por 400<sup>2</sup> metros. Nele está instalada uma igreja (católico), uma escola e um ginásio esportivo (através da prefeitura de Dona Inês), um galpão e uma casa de farinha, porém esta pequena agroindústria encontra-se desativada. As outras áreas comunitárias são ocupadas pela reserva ambiental “Mata do Serol”, um resquício de mata atlântica, possuindo 261 hectares, e pelas fontes hídricas, entre as principais está o rio Curimataú.

Até o ano de 2004 o assentamento contava com um automóvel modelo F4000 e um trator equipado com carroção, debulhadora (milho e feijão), arado mecânico, plaina para manutenção de estradas, tudo de uso coletivo. As famílias pagavam uma taxa fixa pelos serviços do trator prestados aos assentados beneficiados. A contribuição da taxa visava a manutenção da máquina e do motorista, da mesma forma aplicavam este sistema para com o uso da F4.000.

Atualmente, o assentamento não tem nenhum desses dois transportes. Pelas informações obtidas, a comercialização do trator e do caminhão F4000 foi para cobrir as dívidas de empréstimos coletivos feitos no Banco do Nordeste. Não dispomos de maiores detalhes de parte dos assentados de como ocorreu este processo, situação também constatada por Santos (2017, p. 37) ao afirmar que, “em 2004, a associação altamente endividada se viu na obrigação de vender tanto o trato quanto a F4000, para quitar as suas dívidas”.

A perda do trator e dos equipamentos agrários e agrícolas teve impactos significativos para os assentados. Agora, muitos se veem na posição de contratar serviços de tratores particulares para fazer tais serviços. A hora de trator custa atualmente R\$ 120 reais, o que é um investimento a mais para família. Já outros

assentados recorrem aos serviços gratuitos de corte de terra e limpa de barreiro oferecidos pela prefeitura municipal de Dona Inês. Para isso, é necessário fazer um cadastrado solicitado a prestação do serviço de trator.

Alguns assentados alegam não se beneficiar com o programa de corte de terra e limpa de barreiro. Segundo eles, os motivos são políticos, tendo em vista que não são apoiadores e nem simpatizantes da liderança política do município, e os tratores só são autorizados para pessoas declaradamente partidária da situação política. Esta informação não foi confirmada porque não tivemos a oportunidade de conversar com o responsável pelo programa.

A desorganização financeira da Associação do Assentamento neste período, que culminou nas perdas da F4.000 e do trator, é atribuída as lideranças anteriores que estiveram à frente da organização. É de salutar que a falta de acompanhamento técnico e de capacitação educacional e administrativa das pessoas envolvidas na presidência da associação se torna um desafio ainda maior para condução da associação. O descontrole no gerenciamento dos bens coletivos e nas finanças, e as formas como essas ações são postas em prática, pode levar a retrocessos quase que irreversíveis em as áreas de reforma agrária.

Os equipamentos sociais de educação e saúde presentes no PA Sítio são ofertados pela prefeitura municipal de Dona Inês. Atualmente, existe uma escola, que oferece o fundamental I, nos turnos matutino e vespertino. Os anos de estudos subsequentes são cumpridos nos colégios localizados na cidade de Dona Inês, onde são oferecidos o nível fundamental II e o ensino médio. A prefeitura em parceria com o governo estadual disponibiliza transporte para os alunos.

O mesmo espaço onde funciona a associação do assentamento também serve para o atendimento médico mensal as famílias. A assistência de saúde é dada pela Secretária de Saúde da prefeitura. Os assentados das comunidades pimenta e pedra lisa recebem atendimento no Posto de Saúde Brejinho; das comunidades Caco e Sítio no Posto de Saúde de Dona Inês. Todas as três áreas de atendimento situam-se fora dos limites do assentamento Sítio.

O assentamento conta com dois agentes de saúde que acompanham e orientam os assentados em relação aos serviços de saúde prestados. O assentamento tem abastecimento de água regular em cisternas cadastrada de uso comunitário, feito pelo exército brasileiro, através da Operação Carro Pipa. O PA conta

com um ginásio poliesportivo para atividades físicas, recreativas e culturais, a exemplo da tradicional festa de São João.

## 5.2 RECURSO HÍDRICOS E FORMAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO PA SÍTIO

No assentamento registram-se quatro açudes comunitários, pequenos reservatórios nos lotes, tanques naturais formados em lajedos e cacimbas, como “veio có”, “bica” e “venca”. Santos (2017) chama atenção e alerta para o abandono desses reservatórios naturais depois da construção dos açudes comunitários e das cisternas de alvenaria. Contudo, constatou-se que essas áreas de olho d`água são protegidas e preservadas pelos assentados (Figuras 03 e 04).

Figura 03: Cacimba “venca” no PA Sítio



Fonte: Arquivo pessoal, 2020

Figura 04: Cacimba “veio có” no PA Sítio



Fonte: Arquivo pessoal, 2020

A nascentes “venca”, assim como as outras citadas, têm sido importantes para o abastecimento das famílias bem antes da criação do assentamento, principalmente no período de estiagem, quando os recursos hídricos se tornam mais escassos, geralmente nos últimos meses do ano. Da mesma forma é açude comunitário, que depois de sua construção, ampliou a capacidade hídrica neste PA, pois a localização do PA em uma área semiárida dificulta o acesso a água (Figura 05).

Figura 05: Açude comunitário no PA Sítio



Fonte: Arquivo pessoal, 2020

O rio Curimataú corta o município de Dona Inês e passa ao lado do assentamento, na porção sul. O rio no seu alto curso se configura como intermitente, mas constitui uma fonte hídrica essencial e estratégica durante o ano todo, pois a sua água é utilizada na agricultura e serve para o uso doméstico e para os animais. Na estação seca, caracterizada por longos períodos de estiagem, as famílias assentadas cavam pequenos poços no leito do rio para se obter água.

No assentamento há dois poços artesianos de uso coletivo, um em funcionamento, que foi instalado pelo DNOC'S (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), e o outro abandonado. Há cinco poços particulares e três barragens subterrâneas individuais. Observou-se que as famílias possuem uma ou duas cisternas, uma adquirida com recursos financiados pelo INCRA, feitas de alvenaria ou de placas, através do projeto P1MC (Projeto 1 Milhão de cisternas) e outra instalada pelo DNOC'S, constituída de material polietileno, observadas nas figuras 06 e 07.

Figura 06: Cisterna de placa



Fonte: Arquivo pessoal, 2020

Figura 07: Cisterna de Polietileno



Fonte: Arquivo pessoal, 2020

As tecnologias sociais hídricas, como “cisternas de bica (ou cisterna de placa), cisternas calçadão, cisternas adaptadas à roça, barreiros, barragens subterrâneas, açudes, tanques de pedra, cacimbão, poços e mandala” (SILVA, XAVIER e FREITAS, 2012, p. 11), tem se revelado importantíssimas para as populações que vivem em áreas rurais do semiárido, vulneráveis aos períodos de estiagem causados pelo fenômeno da seca. Conforme Silva, Xavier e Freitas (2012) esses tipos de reservatórios são fundamentais para convivência com a seca.

Os reservatórios hídricos, como cisternas de placas para captação de água de chuva e açudes são essenciais para a produção, manutenção e funcionamento do assentamento. A produção agrícola, sobretudo a de culturas de hortaliças, geralmente, são desenvolvidas próximas aos copos d'água e de pequenos reservatórios para o uso manual e instalação de sistema de irrigação.

Ainda sobre o quesito recursos hídricos, parte significativa dos assentados afirmaram depender das chuvas para o desenvolvimento da agricultura, bem como alegaram não dispor de recursos hídricos suficientes no período seco. Embora tenhamos apresentados diferentes meios de se obter água no assentamento, não devemos deixar de lembrar o descompromisso dos órgãos competentes em assistir o assentamento. E, por falta de condições financeiras, de infraestrutura e tecnologias, os camponeses não têm aproveitado o máximo das disponibilidades hídricas no PA.

É verdade que esta parte do Curimataú Oriental também sofreu com as secas prolongadas, sendo percebido por 12 assentados ao afirmarem que de 2011 a 2019 viu-se a diminuição das chuvas sobre a região. Na percepção dos entrevistados, os anos de 2012, 2015, 2016 e 2017 foram os mais secos da década. Além dos prejuízos na agricultura, a pecuária foi fortemente atingida, sofrendo diminuições nos rebanhos de bovino, caprino e ovino dentro do PA Sítio. Muitos assentados venderam os animais e outros tiveram perdas por morte.

O Instituto Nacional de Meteorologia afirma que entre os anos de 2012 a 2017 foi um dos períodos mais secos no semiárido brasileiro (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2018). Silva (2014) ressalta 2012 com um dos menores índices de precipitação para o Município de Dona Inês, onde foi registrado 411,80 mm de chuvas, abaixo da média anual de 836,03 mm.

O ano de 2019 foi considerado na visão dos assentados um “ano chuvoso” e “bom para agricultura”. Todos os entrevistados responderam que as chuvas foram “boas” para agricultura. Os dados de Meteorologia da Agência Executora de Gestão

das Águas do Estado da Paraíba (AESAPB) no ano de 2019 apontam que o Município de Dona Inês teve precipitação 875 mm de chuvas, acima da média anual de 836,03 mm. Quando perguntado sobre o início do período chuvoso neste ano de 2020, os assentamentos prenunciaram que iria ser como foi no ano anterior (Figura 08 e 09).

Figura 08: Área de Roçado arado para o plantio



Fonte: Arquivo do autor, 2020

Figura 09: Roçado de feijão macassar

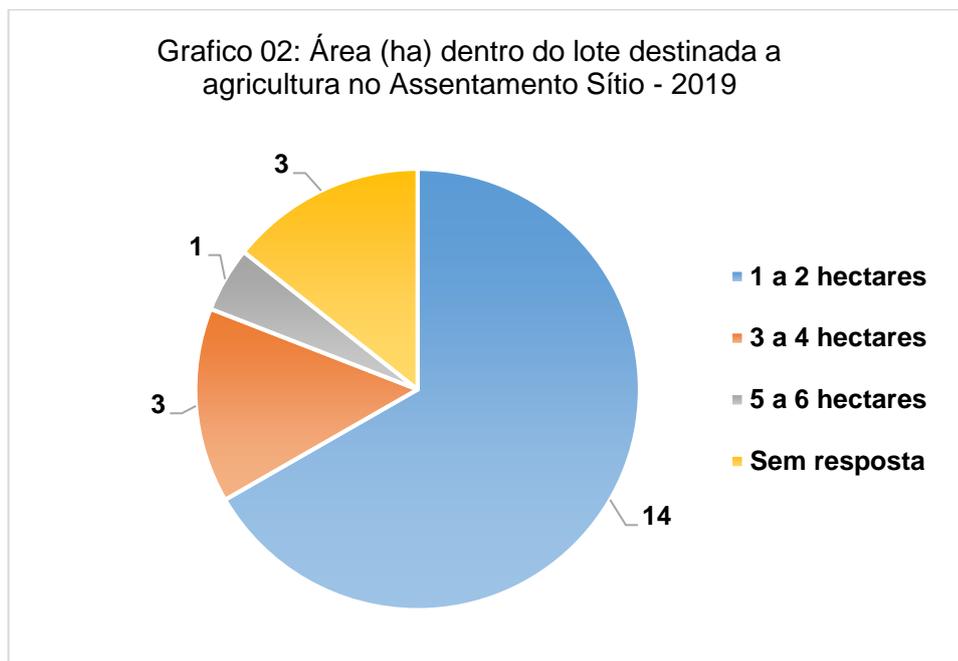


Fonte: Arquivo do autor, 2020

As figuras 08 e 09 compreendem espaços de roçados de campo nas partes mais altas do PA Sítio, chamadas de chãs pelos assentados. Ambos passaram pelo mesmo processo de aragem mecânica, através de grada e trator.

### 5.3 PERSPECTIVAS E FORMAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA NO PA SÍTIO

As policulturas alimentares fazem parte da ocupação e organização do espaço agrário da região Agrestina, inclusive do agrário do Curimataú Oriental. Moreira (1990) salienta que a policultura desta região se encontra distribuída nas pequenas propriedades. No PA Sítio as atividades agrícolas ocupam geralmente as áreas de 1 a 2 hectares de terras. Elaboramos um gráfico para ilustrar a distribuição do uso da terra no assentamento (Gráfico 02):



Fonte: Arquivo do autor, 2020

Ao observar o gráfico 02 percebe-se uma predominância de pequenas áreas de terras destinadas a agricultura. Tal predomínio pode ser explicado por dois fatores: demográfico e relevo. O demográfico refere-se à ocupação da unidade familiar, onde é feita geralmente pelo casal de posseiro junto a um ou dois filhos. Houve uma diminuição significativa da população jovem (os filhos) no assentamento. A saída dos jovens (filhos) em busca de empregos nas pequenas, média e grandes cidades diminuiriam a capacidade produtiva dentro dos lotes.

O segundo fator é o relevo movimentado do assentamento, que implica no desenvolvimento da agricultura, fazendo com que a atividade ocupe áreas menores. O Município de Dona Inês está inserido na unidade geoambiental do Serrotes e Inselbuergues e Maciços Residuais do planalto da Borborema, estando a 423 metro

acima do nível do mar. Tais características físicas, próprias de relevo de serra, exercem forte influência sobre as formas de ocupação e distribuição agrícola (e da pecuária) implementadas no PA Sítio, principalmente porque está rodeado de serras, com oscilações abruptas de altitudes. Sugere que esses condicionamentos naturais dificultam o acesso de tratores e arados, bem como dificulta o uso de tração animal, impedindo a ampliação de áreas de terras aradas para a atividade (Figura 10).

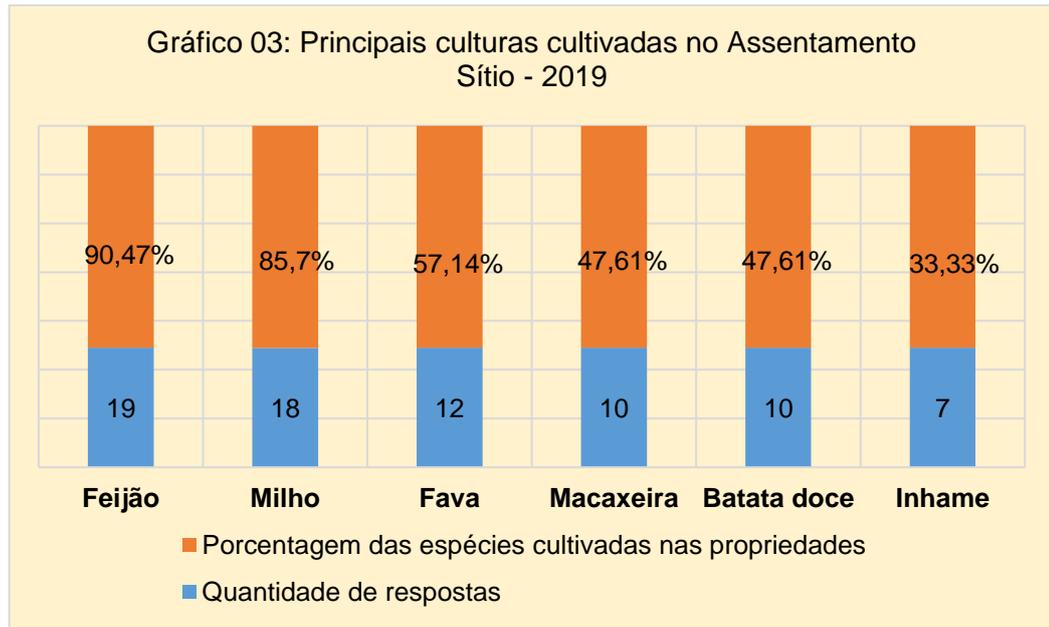
Figura 10: Roçados agrícolas feitos em áreas de serras



Fonte: Trabalho de campo. Assentamento Sítio, 2020.

A figura 10 nos permite observar um ambiente verdejante devido ao período em que a imagem foi registrada, entre os meses de março e julho, quando ocorrem chuvas na região. Como se percebe, as áreas de roçados são pequenas em razão do relevo elevado e acidentado, devido as serras do Planalto da Borborema.

Com isso, os agricultores se deparam com inúmeros obstáculos naturais para desenvolverem as práticas agrícolas. No assentamento estudado as lavouras mais cultivadas são o feijão (macassar, carioca, preto e mulatinho), a fava, o milho, inhame, macaxeira e batata doce. Essas culturas tanto servem para o consumo das famílias quanto para a venda em feiras livres da região (Gráfico 03):



Fonte: Arquivo do autor, 2020

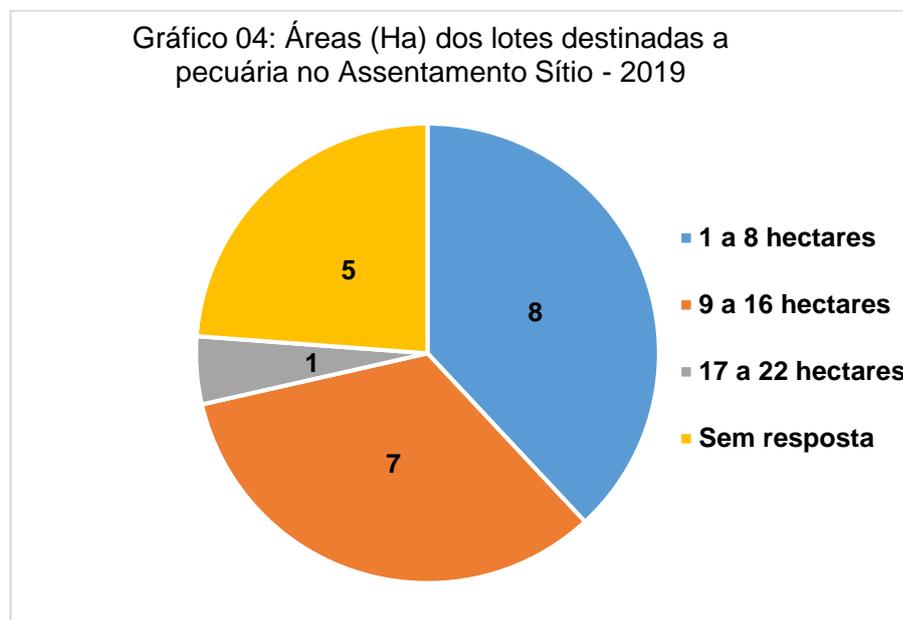
A partir dos dados do gráfico 03 notemos que a cultura do Feijão é encontrada em 90,47% das unidades familiares pesquisadas, a fava 57,14%, macaxeira e batata-doce 47,61% e o inhame em 33,33%. O cultivo desses gêneros alimentícios tem por objetivo principal o consumo próprio. Por exemplo, quando os entrevistados eram indagados por que plantavam feijão ou fava, todos responderam, “*por que é o que a gente come*”. Saliento que, ao falarmos de feijão e fava, estamos se referindo aos tipos cultivados pelos agricultores. Todos têm a mesma função, o consumo interno.

De acordo com os assentados, a maior parte da produção de inhame, macaxeira e batata doce é para venda em virtude de três fatores: alta produtividade; demora a apodrecer; e tem preços de venda interessante para os agricultores. O Inhame chama atenção pela valorização do produto e pela facilidade de encontrar compradores. Um dos assentados comercializou o ano passado toda a sua safra de inhame (4.000 kg) com a Casa do Inhame em Guarabira-PB. A cultura do inhame tem se mostrado vantajoso, seja para compor a alimentação da família seja para gerar renda (em espesse) aos produtores.

A macaxeira e batata-doce, além de ser destinada ao consumo familiar ou venda, ainda serve para alimentar os animais. Aliado a essas duas culturas se encontra o Milho, que têm uma boa produtividade. Os camponeses vendem parte da produção do milho e o que sobra é usado para ração animal (bovinos, caprinos, ovinos e aves) nos períodos de estiagem, quando o pasto diminuir. A palha do milho (matéria seca) que fica nos roçados após a colheita serve de pastagem

#### 5.4 PERFIL DA PECUÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DENTRO DO ASSENTAMENTO

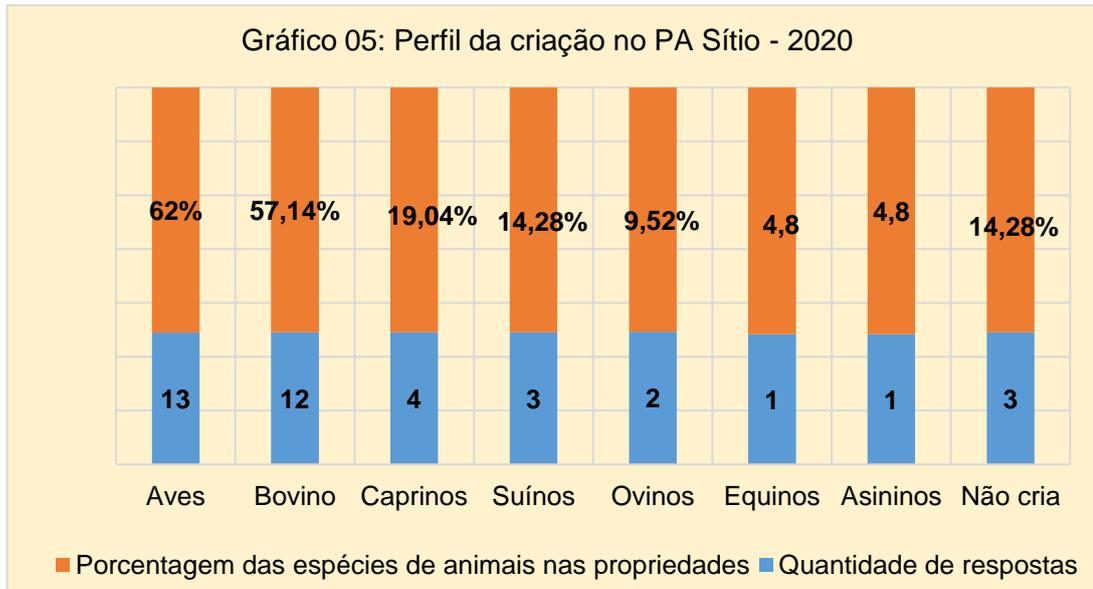
A pecuária é muito importante para o assentamento, segundo os assentados, “a criação permite gerar uma renda em tempos de crise econômica”. As criações de bovinos, caprinos e ovinos, com propósito de venda ou troca, compreende uma fonte de investimento estratégica para os assentados, pois a comercialização dos animais lhes gera renda quando necessário. Os entrevistados afirmam que a pecuária é responsável pela ocupação das áreas de serras, fato que ajuda a entender os motivos da maior parte das terras serem ocupadas pela atividade criatória (Gráfico 04).



Fonte: Arquivo do autor, 2020

Como pode ser observado no gráfico os hectares destinados a pecuária são maiores do que as terras dedicadas a agricultura. A explicação para isso é o relevo elevado e acidentado.

Em relação ao perfil da pecuária e distribuição nos lotes, as aves tomam destaque ao ser identificada em 13 propriedades com 62%. Isso pode ser explicado pelo fato da criação de aves, sobretudo de galinhas, exige de pouco espaço na propriedade, sempre aos arredores das casas, e possuir um manejo fácil. Ainda destacamos a Bovinocultura presente em 12 propriedade, sendo 57,14% destas. Já a criação de Caprinos (19,4%) e os Ovinos (9,50%) é bem pequena no PA, presente em apenas 2 lotes (Gráfico 05:).



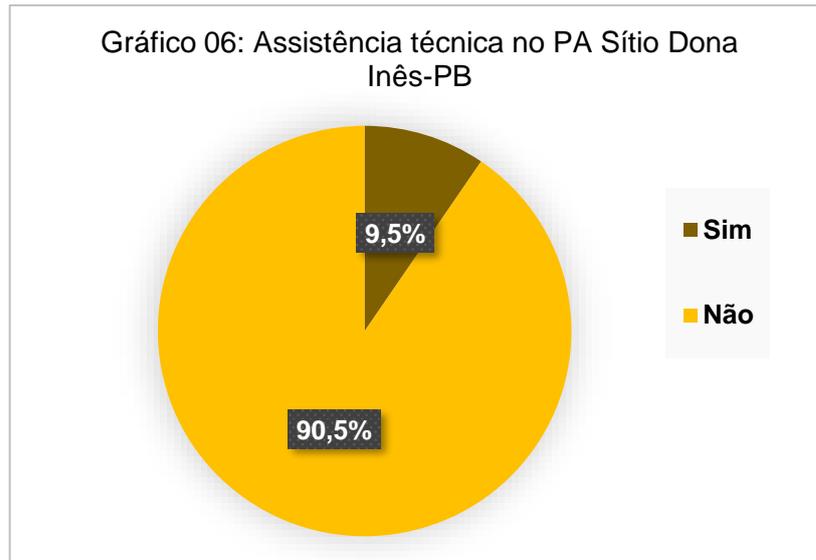
Fonte: Arquivo do autor, 2020

Devemos lembrar que os dados agropecuários de 1996, 2006 e 2017 referentes a Dona Inês refletem o cenário observado no PA Sítio. Aves, bovinos, caprinos e ovinos representam as principais criações no município e no PA investigado.

Os caprinos e ovinos não são bem aceitos pelos assentados em razão das tentativas frustradas na criação. Eles creditam que os animais não conseguem se adaptar as condições climáticas desta parte do Curimataú, consequência do clima de altitude e do relevo, por isso a produção é pequena. Tais afirmativas são insustentáveis se levarmos em consideração os dados disponíveis pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), quais indicam que o Nordeste possui o maior rebanho de Caprinos 90% e Ovinos 60%.

A visão “distorcida” dos agricultores pode estar atribuída ao desconhecimento no manejo dos caprinos e ovinos, que tem forte relação com a desassistência do Estado. Se houvesse um maior incentivo e conhecimento técnico, esse quadro poderia ser alterado positivamente, pois se compararmos com outras regiões como o Cariri paraibano, a caprinocultura e a ovinocultura são muito bem representados entre as atividades camponesas locais.

De acordo com 90,5% dos entrevistados, o assentamento não recebe assistência técnica de nenhum órgão governamental. Apenas 9,5% diz ter assistência, porém de modo próprio, contratando profissionais especializados. Os que não têm assistência técnica fazem uso dos conhecimentos tradicionais passados a gerações. Outros se servem da *internet*, cuja ferramenta vem sendo uma alternativa. Tal situação mostra o descaso acometido com as famílias do PA Sítio (Gráfico 06).



Fonte: Arquivo do autor, 2020

Os assentados reconhecem a importância da assistência técnica. Segundo os relatos, “se houvesse assistência, eles poderiam plantar e criar corretamente”, o que facilitaria o manejo de culturas e da pecuária, aumentando a renda das famílias, além de oferecer maiores possibilidades para os jovens. A saída de muitos jovens é motivada pela falta de oportunidade de trabalho, nos explicou os entrevistados.

### 5.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO PA SÍTIO

É característico da unidade camponesa o uso de mão de obra familiar, sendo a base da produção. Também se faz muito presente a troca de dias de serviços, amparado no coletivismo, onde os agricultores ajudam uns aos outros e vice-versa nas atividades ligadas a agricultura e pecuária. Embora os assentados vivam e trabalhem cada um em lotes individuais, o trabalho familiar e a troca de serviço representam as formas de trabalho basilares no PA Sítio.

As cercas de arame farpado servem para dividir o(s) território(s) da agricultura e as áreas para pecuária. Ainda são reservadas áreas de florestas com finalidades diversas, entre as principais a retirada de estacas para construção de cercas e extração de lenha, usadas como fonte de energia na cozinha.

Para caracterização das condições de vida das famílias foi levantado dados sobre renda e moradia. A renda das famílias compreende um indicativo para revelar as mudanças positivas ou negativas nos padrões econômicos dos assentados. O tipo de moradia também nos dá uma dimensão desse padrão.

A agricultura e pecuária constituem a principal fonte de renda dos assentados. O fato deles não saberem informar a renda líquida da produção agrícola ou da produção em *grosso* colhida no ano de 2019, e da venda de animais (galináceas, bovinos, caprinos e ovinos) no respectivo ano, inviabilizou de sabermos à renda *per capita* do assentamento.

De toda sorte, as famílias informaram ser de baixa renda e são cadastradas no Cadastro Único (CADÚNICO), um Programa Federal que beneficia 19,5 milhões de pessoas no Brasil (IBGE, 2020). Foi verificado beneficiários do bolsa-família em nove lotes; beneficiados de aposentadoria rural em sete unidades; e aposentadoria por invalidez em uma unidade. A participação nesses programas tem sido fundamental no complemento da renda das famílias e para que elas permaneçam no campo.

## 5.6 CONDIÇÕES DE MORADIA E ACESSO A ÁGUA

A partir da nossa amostra das famílias do PA Sítio, constatou-se que mais de 90% das que foram assentadas moram em casas de alvenaria e 10% ainda moram em casa de taipa. Além das famílias posseiras que foram assentadas, ainda verificam as famílias agregadas. Os agregados são filhos de assentados que construíram novas famílias e vivem dentro do lote de terra dos pais ou de avós (Fotografia 11).

Figura 11: Casa de família agregadas (filho) construída no mesmo lote de um assentado (pai)



Fonte: J.A.O. Silva. 2020

As novas famílias, ou agregados, em muitos casos, constroem suas moradias no mesmo lote dos pais ou avós, gerando uma nova modelagem habitacional entre as famílias do PA Sítio. O fato de se manterem na terra ou nos lotes de seus familiares,

demonstra uma recriação familiar camponesa, mas impõe desafios quanto ao tamanho da terra de trabalho, pois o espaço vai ficando limitado. Outros problemas é o acesso a água, em especial durante os períodos de estiagem prolongada, o que os obriga a estabelecer outras estratégias de convivência.

Ao serem perguntados se havia água encanada em casa, 10 entrevistados afirmaram ter água encanada da cisterna; e 11 disseram que não tem. A água de consumo próprio vem das chuvas armazenada nas cisternas (20 famílias), revelando que os assentados bebem água sem tratamento hídrico, à exceção de 3 famílias que são abastecidas pelo caminhão pipa. A água para o uso domésticas (banho, roupa, casa, louça) vem de diferentes formas (Quadro 01):

Quadro 1 - Formas de acesso à água no PA Sítio	
Famílias	Acesso a água no PA Sítio
9	Cisterna
4	cisterna e barreiro
1	cisterna e rio
1	cisterna e poço
1	cisterna e rio e poço
1	cisterna e caminhão pipa
1	cisterna e açude comunitário
1	cisterna e caminhão pipa e açude comunitário
1	cisterna e açude comunitário e cacimba
1	cisterna e caminhão pipa e barreiro e tanques de pedra
1	Vizinho

Fonte: arquivo do autor, 2020

As cisternas domésticas de placa compreendem a principal forma de acesso à água no PA Sítio. As famílias tanto usam a água armazenada nas cisternas para o consumo próprio quanto para os gastos domésticos.

Como já foi relado, as famílias do PA Sítio antes de serem assentadas vivam em condições deploráveis. Quando eram moradoras de condição, as casas eram de taipas e poucos moradores podiam criar um animal, sem falar nas relações de sujeição ao dono da terra. Mesmo sendo de longe as melhores, as informações prestadas indicam mudanças substanciais nas condições de vida desses camponeses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação do planejamento da política de assentamento rural, desde a sua origem, denuncia o desinteresse do Estado com os camponeses sem terra, visto que o acirramento dos conflitos territoriais tem tocado de modo mais intenso na concentração fundiária e exigido incansavelmente a Reforma Agrária, bem mais do que os órgãos responsáveis pela realização da política. E, quando a Reforma Agrária é feita, inúmeros limites são postos, como morosidade nas ações públicas direcionadas a distribuição da terra, cumprimento da meta do número de famílias assentadas, no acesso ao crédito rural e no acompanhamento técnico.

A falta de assistência técnica é um dos principais problemas enfrentados por assentados de Reforma Agrária em todo o país. Isso é reflexo de um projeto político de desenvolvimento rural mal colocado, desfigurado em sua aplicação, e porque não descompromissado com o melhoramento das condições de vida dos pequenos camponeses, que há muito vive a margem das políticas governamentais de desenvolvimento agrícola. Essa situação é bem presente no PA Sítio, e se soma a de milhares de PAs no Brasil.

A terra se torna substrato essencial para o desenvolvimento do camponês, cujo sujeito agora é também dono do meio de produção, o que permite a ele produzir produtos para se e não para outro. É necessário que as potencialidades da terra sejam exploradas no planejamento, o que implica na realização de estudos técnicos e continuidade da assistência técnica nos assentamentos.

A nesses últimos anos uma disputa pela terra e pelas políticas e recursos financiados pelo Estado. Os camponeses entram nesse contexto e querem ser beneficiados com as políticas agrícolas, da forma que é nos setores produtivos do agronegócio, representado no latifúndio modernizado. Tal antagonismo entre o latifúndio e a pequena propriedade camponesa tem origem lá no processo de colonização das terras brasileira e se mantém presente à luz do Estado capitalista, que se mostrou claramente a serviço das grandes propriedades privadas.

O Estatuto da Terra (1964), assim como I PNRA (1985) e o II PNRA (2003) foram elaborados em virtude da intensificação das pressões sociais no campo, que pressionaram os governos por redistribuição da terra, acompanhada de serviços de natureza social e econômica. Esses instrumentos ainda se mostraram falhos em sua

prática, o que sugere afirmar que os assentamentos são territórios cada vez mais oriundos das lutas e das conquistas sociais, e menos da atuação do Estado.

Estado brasileiro continua caminhando a passos lentos com a Reforma Agrária, visto que o país ainda não conseguiu fazer da mesma um caminho de desenvolvimento rural que atendam parte significativa da população sem terra. Daí a nossa defesa por uma Reforma Agrária segundo os ideais dos movimentos sociais (MST), isto é, que toque no latifúndio e nas terras devolutas do Estado. Que se promova uma reforma distributiva da terra e da renda, instituída de condições estruturais e econômicas fundamentais para os avanços nos lugares acertados e que assegure a inclusão destes dentro das políticas públicas.

A cada assentamento criado, via programas de acesso à terra e ao crédito, sem sombra de dúvidas, representa novas alterações na estrutura agrária. A desconcentração da terra e dos recursos públicos passa a produzir novas relações sociais e possibilitam outras dinâmicas no campo. Nesses lugares, mantêm-se permanentemente a relação com a terra, mediante as relações de trabalho, e, por meio do trabalho, se dá própria reprodução da vida camponesa.

A disponibilidade de terra assegura a criação de animais e a comercialização dos derivados. Isso contribuiria para uma alimentação balanceada na mesa dos brasileiros, sobretudo, dos mais desprovidos de dinheiro, além de estar no mercado a um preço mais barato, devido à agricultura camponesa ser realizada a um custo menor. A maioria das pessoas sem terra e sem trabalho, destinam-se para as cidades em busca de uma vida melhor, diferente das condições precárias vividas no campo.

Este contexto promove uma dinâmica ao comércio local devido a necessidade de aquisição de fertilizantes, defensivos agrícolas, engenharia mecânica e automotora, a partir de tratores, arados, batedeiras, colheitadeiras, semeadoras, caminhões e até sementes. A funcionalidade e participação de agências de serviços (bancos, lojas de produto da agropecuária, consultórios veterinários, empresas de assistência técnica). As articulações da relação trabalho-terra e economia-produção compreende um gerador de empregos voltados às atividades do campo.

Como o Estado tem se mostrado negligente a política de assentamento rural, cabe aos camponeses, insatisfeitos, se organizarem politicamente e assumirem a condição de conflitar pelo retorno a terra. É na esteira do desenvolvimento rural e na reprodução do seu modo de vida, em vista de permanecerem na terra, que a luta dos camponeses assentados, dos movimentos sociais e instituições a serviço da causa

não cessam. Até agora, esses sujeitos e agentes continuam mobilizados na luta por um projeto político rural que venha favorecê-los.

A realização da Reforma Agrária está para além de resolução dos conflitos pela terra e da organização dos trabalhadores rurais nos assentamentos. De modo abrangente, tal processo fundiário delibera articulações políticas e econômicas, movimentando a geração da economia local, regional e até nacional. Uma Reforma agrária desta proporção leva em conta a desconcentração da terra e o seu acesso, envolvendo o máximo de pessoas e possibilitando a aquisição de meios de produção para desenvolver o assentamento.

A desconcentração da terra e a formação de pequenas unidades produtivas dirigidas por camponeses, em maior ou em menor escala e visibilidade, moldou o espaço agrário municipal de Dona Inês e da Paraíba, onde concretizou-se mudanças significativas na vida das famílias assentadas. Além de possibilitar a diversificação da produção agrícola e na oferta de alimentos para o consumo próprio e para atender a população local e regional.

## REFERÊNCIA

AESA-PARAÍBA, disponível em: [http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/meteorologia-chuvas/?formdate=2019-09 15&produto=municipio&periodo=anual](http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/meteorologia-chuvas/?formdate=2019-09%2015&produto=municipio&periodo=anual), acesso em 15 de set de 2020.

ALVES, Alan Ripoll; ALVES, João Batista. **Assentamentos rurais no estado da Paraíba sob a ótica de riscos e vulnerabilidades**. 5 encontro da rede de estudo rural. 2012, p. 18.

ANDRADE, Manoel Correa de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: 7ª ed. Editora Cortez, 2005, p. 334.

BARBOSA, M. R. V.; AGRA, M. F.; SAMPAIO, E. V. S. B.; CUNHA, J. P.; ANDRADE, L. A. Diversidade florística da Mata do Pau-Ferro, Areia, Paraíba. In: PÔRTO, K.C.; CABRAL, J.J.P.; TABARELLI, M. (Ed.). Brejos de altitude em Pernambuco e Paraíba: História natural, ecologia e conservação. Brasília – DF, **Ministério do Meio Ambiente – MMA, Série Biodiversidade** 9, 2004. p.111-122.

BARONE, L. A; FERRANTE, V. L. S. B. Reforma Agrária no Brasil do Séc. XXI: bloqueios e ressignificações. In: Delgado, G. C.; Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2017, p. 312-368.

BERGAMASCO, S. M; THOMSON, C. R; BORSATTO, R. S. Da extinção da Embrater à criação da Anater: os desafios da política de assistência técnica e extensão rural brasileira. In **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. pp.312-368.

BERGAMASCO, Sônia; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?**. São Paulo: Brasiliense, 1996. – (Coleção Primeiros Passos; 301).

Brasil- EMBRAPA, CIM. **Portal EMBRAPA Caprino e Ovinos**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cim-inteligencia-e-mercado-de-caprinos-e-ovinos/apresentacao#:~:text=No%20Brasil%2C%20cerca%20de%2090,o%20maior%20rebanho%20de%20ovinos>, acesso em 15 de set de 2020.

BRASIL, CPRM - Serviço Geológico do Brasil, PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS, ESTADO DA PARAÍBA In: MASCARENHAS, João de Castro, BELTRÃO, Breno Augusto, SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de MORAIS, Franklin de, MENDES, Vanildo Almeida, MIRANDA, Jorge Luiz Fortunato de. (Org.), PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA, ESTADO DA PARAÍBA. Recife: **CPRM/PRODEEM**, 2005. Disponível em: [http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/16045/Rel\\_Dona\\_Ines.pdf?sequence=1](http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/16045/Rel_Dona_Ines.pdf?sequence=1), acesso em: 22 de maio de 2020.

BRASIL, Decreto nº 84.962 de 23/07/1980. **Declara de interesse social, para fins de desapropriação, imóvel rural situado no Município de Dona Inês, Estado da Paraíba, compreendido na área prioritária de reforma agrária, de que trata o Decreto nº 56.583, de 19 de julho de 1965, e cuja vigência foi prorrogada pelo Decreto nº 82.884, de 19 de dezembro de 1978**. 1980. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/507602>, acesso em: 31 de jul. de 2020.

BRASIL, DECRETO Nº 91.766 DE 10 DE OUTUBRO DE 1985. **APROVA O PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA - PNRA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.** 1985. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1985/D91766.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91766.html), acesso em: 31 de jul. de 2020.

CATER, Miguel (org.). Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CATER, Miguel (org.): **Combatendo a desigualdade social O MST e a reforma agrária no Brasil**, São Paulo: **Editora UNESP**, 2010. p. 27 a 78.

CAUME, David José. **O MST e Os assentamentos de Reforma Agrária: A Construção de Espaços Sociais Modelados.** Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 304.

IBGE, **Censo agropecuário**, 2006 Disponível em: [https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica\\_Agraria/7censo.pdf](https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7censo.pdf) acesso as 20:16 do 08 de setembro de 2020.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Os Camponeses, Os agricultores Familiares: Paradigmas em Questão.** **Geografia**, Londrina, v. 15, n. 1, jan./jun 2006, pp. 205-219. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/6661/6012>, acesso em: 31 de jul. de 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA: O debate paradigmático e o conhecimento geográfico:** Tese (livre-docência)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: editora; Universidade Estadual Paulista, 2013. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/textos-volume1-bmf2013.pdf>. Acesso em: 21/08/2019.

\_\_\_\_\_. **ENTRANDO NOS TERRITÓRIOS DO TERRITÓRIO.** In; FERNANDES, Bernardo Mançano, (Org.): **CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA: O debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** 2013, Tese (livre-docência)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: **editora; Universidade Estadual Paulista**, 2013. p. 190 a 220. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/textos-volume1-bmf2013.pdf>. Acesso em: 21/08/2019.

\_\_\_\_\_. **Espacialização e Territorialização da Luta Pela Terra: A Formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo.** São Paulo: USP, 1994, p. 201.

\_\_\_\_\_. **Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social:** novas configurações do campo brasileiro. *Agrária*, nº 1, 2003/2004, p. 16-36.

\_\_\_\_\_. **SOBRE A TIPOLOGIA DE TERRITÓRIOS.** In: SAQUET, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: **Expressão Popular**, 2009. p. 197-217. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>, acesso em: 20 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária no Governo Lula: a esperança.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – UNESP Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Disponível em: [www.prudente.unesp.br/dgeo/nera](http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera) acesso as 01h:19min do dia 02 de agosto 2018.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; BARONE, Luís Antonio Almeida; CAMARGO, Luiz Manoel de Moraes. **Controvérsias do Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais em São Paulo: Produção para os Biocombustíveis e as Alternativas de Programas Municipais**. Interações (Campo Grande), Campo Grande, vol.11, no.1. Jun-jun/ 2010, p. 9-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122010000100002>, acesso em: 31 de jul. de 2020.

FERREIRA, Denise de Sousa. Aspectos da questão agrária na Paraíba: ocupações, assentamentos e impactos territoriais da reforma agrária (1984 a 2013), 2016, Trabalho de Conclusão de Curso, (Bacharelado em Geografia) - **Universidade Federal da Paraíba**, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1059/1/DSF19082016.pdf>, acesso em: 31 de jul. de 2020.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma Agrária: Experiências Internacionais de Reordenamento Agrário e a Evolução da Questão da Terra no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 143.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de; SILVA, Pablo Melquisedeque Souza e. **A Política de Reforma Agrária nos Governos FHC e Lula e Seus Rebatimentos na Região do Brejo**. In: Cleps Júnior, João et al, (Org.); XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia: **anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2012. p.17.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio -1963. In: STEDILE, João Pedro. (Org.); A questão agrária no Brasil: O debate tradicional –1500-1960. 2. ed, São Paulo: **Expressão Popular**. 2011. p. 35-77.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Geografia e Planejamento: entre o puro e o aplicado: **GEONOMOS**, Minas Gerais: 6 (2): p. 33-43.

IBGE, **Cidades. Município de Dona Inês**. 2020. Disponível em <http://www.ces.ibge.gov.br> acesso as 21:13 do dia 27 de agosto de 2020

IBGE, **Censo agropecuário**. 2017, disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=9&unidade=25013#/S/CA/A/47/T/Q>. Acesso em 21 de mar de 2019.

IBGE, **Cidades. Município de Dona Inês**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/dona-ines/panorama>, acesso em: 30 de outubro de 2019.

INCRA, **Assentamentos- Informações gerais**. Disponível em: [http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod\\_sr=18&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=,](http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=18&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=,) acesso em:30 de out de 2019.

INCRA, **SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL: ÍNDICES BÁSICOS DE 2013**. 2013. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices\\_basicos\\_2013\\_por\\_municipio.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf). Acesso em: 29 de outubro de 2019.

KRAMBECK, Christian. PLANEJAMENTO TERRITORIAL RURAL: ANÁLISE DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES EM MUNICÍPIOS RURAIS, O CASO DE PAPANDUVA. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e

Urbanismo) - Centro Tecnológico, **Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp094418.pdf>, acesso em: 21/05/2019.

MAESTRI, Mário. A Aldeia Ausente: Índios, Caboclos, Cativos, Moradores e Imigrantes na Formação da Classe Camponesa Brasileira. 2012, p. 217-276. In STEDILE, João Pedro (Org.): A Questão Agrária no Brasil: O Debate na Esquerda – 1960-1980. São Paulo: 2. ed. **Expressão Popular**, 2012, p. 320.

MARIANO NETO, Belarmino. **Território(s) de Esperança: da luta pela terra à vida na terra no Agreste da Paraíba** (UEPB/PROPESQ/CNPq). Guarabira: UEPB/PRPGP, 2011.p

MARIANO NETO, Belarmino. **Território(s) de Esperança: da luta pela terra à vida na terra no Agreste da Paraíba** (UEPB/PROPESQ/CNPq). Guarabira: UEPB/PRPGP, 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **NERA**, Presidente Prudente, n. 12, jan-jun. 2008, pp. 57-67, Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/rev12.php>, acesso em: 22 de Jul. 2020.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: 14 ed. Hucitec, 2014. p. 407.

MOREIRA Emilia; TARGINO, Ivan. De Território de Exploração a Território de Esperança: Organização Agrária e Resistência Camponesa no Semiárido Paraibano. Presidente Prudente: **Revista NERA**, n. 10. Jan-jun. 2007. p. 72-93.

\_\_\_\_\_**CAPÍTULOS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA DA PARAÍBA**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 1996.

\_\_\_\_\_**ESPAÇO, CAPITAL E TRABALHO NO CAMPO PARAIBANO**. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 147-160, out. 2011. PARAIBANO. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6560>, acesso em: 31 de jul. de 2020.

\_\_\_\_\_**MOREIRA, Emília. POR UM PEDAÇO DE CHÃO**. João Pessoa: Editora universitária- UFPB, 1997.

\_\_\_\_\_**Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano**. Paraíba, **NDIHR-UFPB** (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional) 1990., disponível em: [http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo\\_de\\_ocupacao.html](http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html)

\_\_\_\_\_**Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2011 - Paraíba**. Paraíba: GETEC – Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato/ UFPB, Dezembro de 2012, p. 32. Disponível em: [www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_data luta\\_9\\_2012.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_data luta_9_2012.pdf) 12h:35min acesso as 10:42 24 de Julho de 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 185.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. MIGRAÇÕES E ASSENTAMENTOS RURAIS NA REGIÃO DA CAPITAL BRASILEIRA. Chillán: **Revista TIEMPO Y ESPACIO**, n. 27. 2011. pp. 7-30. Disponível em: <http://revistas.ubiobio.cl/index.php/TYE/issue/view/186>, acesso em 31 de jul. de 2020.

PARAÍBA, AESA, **RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DA PARAÍBA**. Paraíba: AESA, 2008/2009. Disponível em: [http://www.aesa.pb.gov.br/aesa<website/wpcontent/uploads/2016/11/relatorioHidrologico\\_Anual\\_2008\\_2009.pdf>](http://www.aesa.pb.gov.br/aesa<website/wpcontent/uploads/2016/11/relatorioHidrologico_Anual_2008_2009.pdf>) acesso em: 28/03/2019 às 14:39.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. Sem Luta Pela Terra não há Reforma Agrária: As Disputas Territoriais na Paraíba. Porto Alegre: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, 2010. p. 1-13.

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Análise e Mapeamento da Implantação de Assentamentos Rurais e da Luta pela Terra no Brasil entre 1985 – 2008**. Presidente Prudente: UNESP, 2009, p. 63.

SANTOS, Isaías Silva dos. É a Parte que te Cabe neste Latifúndio: a luta pela terra e as Políticas públicas no projeto de assentamento Sítio, Dona Inês/PB. 2017, Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia). - **Universidade Estadual da Paraíba**, Guarabira: UEPB, 2017, p. 46.

SAUER, Sérgio. **REFORMA AGRÁRIA E O SINDICALISMO RURAL: A LUTA PELA TERRA NO “ENTORNO” DE BRASÍLIA**. Brasília/DF: agosto de 1999.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **NERA**, Presidente Prudente, n. 7. Jul-Dez. 2005, pp. 1-21. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/rev07.php>, acesso em: 22 de Jul. 2020.

SILVA, José de Arimateia de Oliveira. Lutas e Conquista pela Terra no Assentamento Vazante: na construção de um território de esperança. 2017, Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Geografia)- **Universidade Estadual da Paraíba**, Guarabira/PB: 2017, p. 94.

SILVA, A. B.; XAVIER, M. K. G. S.; FREITAS, P. V. N. - Políticas públicas e tecnologias sociais para convivência com o semiárido no Cariri Paraibano. In: 3º Seminário Regional Norte e Nordeste de Pós-Graduação em Geografia, João Pessoa - PB. **Anais do 3º SERNNE, 2012**. Disponível em: [Disponível em: 3sernne.blogspot.com](http://3sernne.blogspot.com) acesos às 16:57 de 21 de agosto de 2020.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 363. Disponível em: <http://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/10.Errantes%20do%20fim%20do%20seculo.pdf>, acesso em, 31 de jul. de 2020.

SILVA, Regina Lúcia Paulino da; SOUZA, José Gilberto de. O PAPEL DO CRÉDITO RURAL NA FORMAÇÃO SOCIAL DE AGRICULTORES ASSENTADOS. **Revista Formação**, n.15 volume 2 – p.134-146. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/13\\_silva.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/13_silva.pdf) ACESSO AS 01h:39 min do dia 03 de novembro de 2020

SOUSA, Ramailda Batista de; TARGINO, Ivan. Perfil da Produção Familiar Rural na Paraíba. São Paulo: **XIX Encontro Nacional de Geografia agrária**, São Paulo, 2009, pp. 1-29. Disponível em: [www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/.../Sousa\\_RB.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/.../Sousa_RB.pdf) acesso as 21h:15min .24 de julho de 2014.

SOUZA, Jamerson Raniere Monteiro de. Resistência e Recriação Camponesa a partir do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Lagoa Seca-PB. 2015, Dissertação de

mestrado (Mestrado em Geografia)- Universidade federal da Paraíba, João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba, 2015, p. 146.

SPAROVEK, Gerd. **As qualidades dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003, p. 204.

STEDILE, João Pedro. A questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 1946-2003. 2. ed – São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 220.

STEDILE, João Pedro. Introdução. In: STEDILE, João Pedro. (Org.); **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional –1500-1960**. 2. ed, São Paulo: **Expressão Popular**, 2011. p. 15-32.

THOMAS JR. Antônio. **Trabalho de Campo**: O laboratório Por Excelência do Geógrafo. Presidente Prudente: Geografia Passo-a-Passo – Ensaio Crítico dos anos 1990, p. 20-16.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, A ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Una nueva ruralidad en América Latina?, Buenos Aires: **CLACSO**, 2001. pp. 30-44.

# **ANEXO**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS AGRICULTORES QUE FORAM VISITADOS NO CAMPO**

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_/\_\_\_/2020

ENTREVISTADOR: \_\_\_\_\_

AGRICULTOR(A) ENTREVISTADO(A): \_\_\_\_\_

LUGAR DE MORADA: SITIO ISOLADO ( ) CIDADE ( ) ASSENTAMENTO ( )

**I- DADOS DO ENTREVISTADO**

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Quantos anos tem? \_\_\_\_\_ qual a sua escolaridade? \_\_\_\_\_

3. Toda vida morou aqui?  Sim  Não

5. Se não, onde morava antes de vir morar aqui e em que trabalhava? \_\_\_\_\_

6. Se trabalhava na agricultura, em que condição?  Parceiro  arrendatário  assalariado  pequeno proprietário  posseiro  agregado  morador  outro \_\_\_\_\_**II – CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA DO AGRICULTOR ENTREVISTADO**

2.1. Quantos filhos tem? \_\_\_\_\_

2.2. Filhos que moram na casa por idade e sexo:

	Idade	Sexo
1-	_____	_____
2-	_____	_____
3-	_____	_____
4-	_____	_____
5-	_____	_____
6-	_____	_____

2.3. Qual a idade que seu(s) filho(s) ou filha(s) saiu de casa? porquê? e para onde foi ou foram?  
\_\_\_\_\_

2.4. Onde se encontra(m) agora? \_\_\_\_\_

2.5. A saída do(a) filho(a) prejudicou os trabalhos na atividade agrícola ou no lote?  
\_\_\_\_\_2.4. O entrevistado já saiu do assentamento para trabalhar em outro lugar? Quanto tempo passou fora do assentamento? e por que saiu?  
\_\_\_\_\_2.5. Mora mais alguma pessoa na sua casa além dos filhos e esposo(a)? Quantas e o grau de parentesco?  
\_\_\_\_\_

2.6. Mora mais alguma família no lote? \_\_\_\_\_

**III - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA (Observar os elementos da recriação camponesa)**3.1. O lote de terra assentado é próprio ou em posse:  Sim  Não 3.2 Desde quando? \_\_\_\_\_

3.3. Se não é proprietário ou posseiro do lote, qual a sua condição de morar na terra? \_\_\_\_\_

Obs: \_\_\_\_\_

3.4. Quantas hectares de terra tem o lote? \_\_\_\_\_

3.5. Trabalha somente a família assentada na terra:  Sim  Não

3.5. Se não, tem outro sistema de relação de trabalho (exemplo: parceria, arrendamento, agregado, empregado e etc.) no lote? explique? \_\_\_\_\_

3.6. O solo é bom para plantar quais culturas agrícolas? \_\_\_\_\_

3.7. Onde ficam as melhores áreas de plantio:  chãs (partes altas)  nas serras  partes baixas  vertenetes  
outras \_\_\_\_\_\*5. Ordenamento territorial da unidade produtiva: levantar quais as benfeitorias:  cocheira  galinheiro  
 barreiro  barragem subterrânea  depósito  pocilga  cerca  silo  curral  açude  eletricidade  poço  
 cisterna  cacimba  Outros \_\_\_\_\_3.8. Existe alguma parte do lote que não pode ser aproveitada:  Sim  Não

3.9. Quais (exemplos: reserva, lajedo, alagado etc.)? Porquê? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**IV – A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (identificar as formas de recriação camponesa)**

4.1 Quantas hectares de terra são destinadas a lavoura: \_\_\_\_\_ 4.2. Quantas hectares de terra com pastagem são destinadas à criação: \_\_\_\_\_

4.3. Quais as lavouras que cultiva? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4.4. Qual a mais importante e porquê? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4.5. Em qual período do ano o(a) sr.(a) começa a prepara a terra para o plantio e qual mês planta? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4.6. Quantos hectares plantou com lavoura nesse ano de 2020? \_\_\_\_\_

4.7. Quantos hectares plantou com lavoura o ano passado (2019)? \_\_\_\_\_

4.7.1. Quanto colheu de cada lavoura? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4.8. Teve alguma perda em alguma lavoura na safra do ano passado?  Sim  Não

4.8.1.. Se positivo, em qual produto e quais foram as causas: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

5. Qual o sistema de comercialização da produção do ano passado:  toda para o consumo  parte para o consumo e parte para venda  toda para a venda

5.1. Houve algum produto que o senhor(a) mais beneficiou (investiu trabalho e dinheiro) no ano de 2019? qual(is) o(s) produto(s) beneficiado(s): \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

6. Quais as formas de preparação do solo para o plantio:  Broca  coivara  destocamento  gradagem (corte da terra)  plantio de mudas  outros \_\_\_\_\_

6.1. Quais instrumentos, máquinas e equipamentos utiliza no processo de produção agrícola e criatória:  enxada  plantadeira  capinadeira  banco de risco  trator  bomba para irrigação  aspersor para irrigação  caminhão  carroça de burro  debulhadora de feijão  grade  outros \_\_\_\_\_

6.2. Quais instrumentos, máquinas e equipamentos de uso são próprios, alugados e emprestados de terceiros?

Próprios	Alugados	Emprestados de terceiros

Obs: \_\_\_\_\_

6.3. Se os serviços de trator for alugado, quanto custa a hora do trator para o corte da terra? \_\_\_\_\_

7. Utiliza a prática da irrigação?  Sim  Não 7.1. De que tipo:  aspersão convencional  gotejamento  inundação  sistema  mandalla  outro \_\_\_\_\_

7.2. E em que culturas? \_\_\_\_\_

8. Tem assistência técnica:  Sim  Não

8.1 Se tem, por parte de qual órgão responsável: \_\_\_\_\_  permanente  esporádica

8.2 Se não tem, como estão fazendo para suprir a falta de assistência técnica? A quem e como buscam orientação? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

8.3. Qual a importância da assistência técnica? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

8.4. Quais os problemas de não ter assistência técnica \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

9. Quais os animais cria:  gado  cabra  bode  ovelha  galinha  pato  peru  ganso  outros

9.1. Quantas cabeças de cada espécie animal possui? [     ] gado [     ] cabra [     ] bode [     ] ovelhas [     ] galinhas [     ] patos [     ] perus [     ] gansos [     ] outros

9.2. Como foram adquiridos os animais:  financiamento do PRONAF  empréstimo de banco  por conta própria  outros, quais? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Obs: \_\_\_\_\_

10. Qual o destino o criatório:  próprio consumo  venda em feiras locais  frigoríficos  atravessadores

10.1 qual a finalidade da venda do animal: \_\_\_\_\_

10.2 vende leite  sim  não. É leite de vaca , leite de cabra

10.3 se sim, a quanto vende o litro de leite: \_\_\_\_\_

10.4 Dar algum tipo de ração industrializada aos animais? (ex: torta, farelo e etc) \_\_\_\_\_

11. Quais são os problemas principais para a criação:  água  ração  escassez de pasto  doenças  intoxicação alimentar  outros \_\_\_\_\_

13. Usa algum tipo de adubo:  orgânico  químico  nenhum

13.1. Em que usa  Lavoura  arvores frutíferas  horticultura

14. Guarda semente de um ano para outro:  Sim  Não

14.1. Se sim, o que acha? \_\_\_\_\_

14.2. Como consegue adquirir as sementes  compradas  recebe gratuitamente  próprias

14.3. Se recebe, de quem recebe:  EMPA/EMATER  prefeitura  outros agricultores assentados

15. Utiliza remédio para os animais:  Sim  Não 15.1. Quem orienta a usar o remédio? \_\_\_\_\_

16. Usa veneno agrícola?  Sim  Não 16.1 Se sim, quais venenos? \_\_\_\_\_

16.2. Quem orienta como usar? \_\_\_\_\_

16.3. Usa um outro tipo de veneno para matar o mato (exemplo Todí)  Sim  Não

17. Seu lote tem pastagens plantadas de capim  sim  não

17.2. Quais os tipos de pastos? \_\_\_\_\_ 17.1. Quantas hectares? \_\_\_\_\_

17.3. Planta palma:  sim  não 17.4. Quantas hectares? \_\_\_\_\_

**V - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (identificar as formas de recriação camponesa)**

5. Trabalha na terra com a ajuda de quem? \_\_\_\_\_

5.2. Existe divisão de tarefas na família:  Sim  Não

5.3. Como é a divisão de tarefas: \_\_\_\_\_

7. Contrata trabalhadores?  homens  mulheres  nenhum

7.1. Se sim, quando contrata, quantos trabalhadores e para fazer o quê? \_\_\_\_\_

7.2. De onde vêm os trabalhadores: \_\_\_\_\_

7.3. Como é a forma de pagamento:  por produção  por diária  por empreitada  outro: \_\_\_\_\_

7. Qual o valor atual de um dia do trabalhador: \_\_\_\_\_

8. Participa de algum trabalho em grupo (ex.: criação de frango, comercialização, etc.):  Sim  Não

8.1 Se sim, como se dá essa atividade: \_\_\_\_\_

9. O senhor produz ou cria noutra terra além desta:  Sim  Não

10. Se cria ou produz noutra terra, em que condições e por quê? \_\_\_\_\_

11. Se assalaria em alguma atividade? e por quê? \_\_\_\_\_

11. Qual a época do ano trabalha no alugado: \_\_\_\_\_ qual lugar (município)? \_\_\_\_\_

11.2. Tem outra pessoa da família que mora com o entrevistado e que trabalha na terra de outra terra pessoa:  sim  não 11.1. Se sim, em quê e onde? \_\_\_\_\_

Obs: \_\_\_\_\_

12. O entrevistado troca dias de serviço com outro agricultor? \_\_\_\_\_

23. Arrenda a sua terra?  Sim  Não, Porquê? \_\_\_\_\_

23.1 Arrenda a terra de outros?  Sim  Não, Porquê? \_\_\_\_\_

24. A renda do trabalho na terra permite a sobrevivência da família?  Sim  Não

**VI- POLÍTICAS PÚBLICAS (identificar as formas de recriação camponesa)**

6.1. É beneficiado com algum programa social do estado:  bolsa família  programa do leite  um milhão de cisternas  luz para todos  outro \_\_\_\_\_

6.2. Como se dá o(s) benefício(s): \_\_\_\_\_

6.3. Já tirou dinheiro do Pronaf:  Sim  Não

6.4. Se sim, quando: \_\_\_\_\_

6.5. Para quê? \_\_\_\_\_

6.6. Quem fez o projeto: \_\_\_\_\_

6.7. Pagou:  normal  não conseguiu

6.8. Se não conseguiu, o que aconteceu? \_\_\_\_\_

6.9. Porque nunca participou do Programa PRONAF? \_\_\_\_\_

7. Já tirou outro tipo de empréstimo para:  agricultura  pecuária  outra atividade não ligada a agropecuária?  
Obs: \_\_\_\_\_

7.1. Quando foi o empréstimo? \_\_\_\_\_ 7.2. Em que Banco: \_\_\_\_\_

7.3. Teve dificuldade para conseguir o empréstimo  Sim  Não 7.4. Por quê? \_\_\_\_\_

7.5. Teve dificuldade para pagar  Sim  Não 7.6. Por quê? \_\_\_\_\_

### **VII- INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA NA COMUNIDADE, NO MUNICÍPIO E SOCIABILIDADE**

7.1. Participa de alguma associação:  Sim  Não 1.1 Se sim, quais? \_\_\_\_\_

8. A sua família pratica alguma religião? \_\_\_\_\_

9. Há conflitos dentro do assentamento:  sim  não 9.1. Se sim, quais são as formas que os conflitos se apresentam internamente (ou externamente) no assentamento? \_\_\_\_\_

8. Gosta de viver como agricultor(a):  Sim  Não 2.1 Por quê? \_\_\_\_\_

8.1. Quais as principais dificuldades que o agricultor tem enfrentado atualmente no Município? \_\_\_\_\_

### **VIII – AGENTES EXTERNOS (identificar as formas de recreação camponesa)**

8.1. A prefeitura municipal tem alguma política voltada para o pequeno agricultor:  corte da terra  compra da produção  cavagem de barreiro  perfuração de poço  sementes  enxadas  veneno  outros  
Obs: \_\_\_\_\_

9. O senhor(a) participa do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) do município:  Sim  Não

9.1. O STR tem atuado junto aos assentados:  Sim  Não 9.2. Se sim, de que forma tem atuado?

10. O INCRA tem atuado junto aos assentados: Sim Não 10.1. Se sim, de que forma tem atuado?  
\_\_\_\_\_

11. A Comissão Pastoral da terra tem atuado no assentamento:  Sim  Não 11.1. Como ela tem atuado e qual a sua importância no assentamento? \_\_\_\_\_

### **XI - CONDIÇÕES DE VIDA**

9.1. A casa tem água encanada:  Sim  Não 9.2. De onde vem a água de beber: \_\_\_\_\_

9.3. De onde vem a água para uso doméstico? \_\_\_\_\_

10. Tem meio de transporte próprio:  Sim  Não 10.1 Qual? \_\_\_\_\_

11. O fogão é a lenha  Sim  Não; gás natural  sim  não; carvão  sim  não

11.1. Quais os eletrodomésticos possui em casa?  geladeira;  micro-ondas;  máquina de lavar;  tanquinho de lavar;  liquidificador  outros

11.2. Quais eletroeletrônicos possui?  televisão;  som;  rádio;  computador;  notebook;  outros

12. Tem acesso à internet:  Sim  Não 12.1. Se sim, em quais espaços?  próprio  terceiros  espaços públicos - qual? \_\_\_\_\_

### **X- RENDA (identificar elementos que caracterizam a recreação camponesa)**

10.1. Quanto paga de energia elétrica por mês na casa onde mora? \_\_\_\_\_

10.2. Quanto paga de água por mês na casa onde mora? \_\_\_\_\_

10.3. O senhor(a) compra água ou já chegou a comprar (através de carro pipa, ou outra forma de abastecimento)?  Sim  Não

11.1. Quanto gasta na feira mensal? (quanto gastou no mês anterior) \_\_\_\_\_

11.2. Quais são outras fontes de renda que o entrevistado tem?  aposentadoria  salário regular  trabalho alugado  serviço prestado  atividade comercial  pensão alimentícia e pensão por morte  outras



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS  
BIBLIOTECA CENTRAL/SECTA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA E PUBLICAÇÃO DO TCC NO REPOSITÓRIO  
INSTITUCIONAL DA UEPB

IDENTIFICAÇÃO

Autor: Joni de Azevedo de Oliveira Silva  
 Matrícula: 01.0125.0017 RG: 3.862.802 OE: 5009 UF: PB CPF: 099.453.634-60  
 E-mail: caz@uepb.pb.gov.br Telefone: (083) 98151-6384  
 Orientador: Belarmino Naziano Neto  
 Trabalho de conclusão: ( ) Graduação (X) Especialização Período de conclusão: 21/11/2020  
 Curso: Trabalho de Especialização em Gestão e Trabalho Campus: III - Guaracy Centro: Centro de Humanidades (CH)  
 Título do trabalho: A Reforma Agrária no Quilombola: o planejamento urbano, rural e ambiental  
de produção comunitária no Assentamento Sítio, Leão, Paraíba

LICENÇA NÃO EXCLUSIVA DE DISTRIBUIÇÃO

Por assinatura e submissão desta licença, você o autor ou proprietário garante a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) o direito não-exclusivo para reproduzir, traduzir (como definido abaixo); e/ou distribuir sua submissão (incluindo o resumo) na internet e formatos eletrônicos ou em qualquer mídia, incluindo, sem limitar, o áudio e/ou o vídeo.

Você concorda que a UEPB pode, sem alterar o conteúdo, traduzir a submissão para qualquer mídia ou formato para efeitos de preservação.

Você também concorda que a UEPB pode manter mais de uma cópia desta submissão para efeitos de segurança, back-up e preservação.

Você assegura que a submissão é um trabalho original seu, e que você tem o direito para conceder os direitos contidos nesta licença. Você também assegura que sua submissão, para seu melhor conhecimento, não infringe os direitos autorais de ninguém.

Se a submissão tiver material o qual você não possui os direitos, você assegura que obteve a permissão irrestrita de cópia do proprietário para garantir a UEPB os direitos requeridos por esta licença, e que tal material de propriedade de terceiros está claramente identificado e que o reconhece dentro do texto ou do conteúdo de submissão.

SE A SUBMISSÃO É BASEADA EM UM TRABALHO QUE VEM SENDO PATROCINADO OU APOIADO POR UMA AGÊNCIA QUE NÃO A UEPB, VOCÊ ASSEGURA QUE TEM PREENCHIDO QUALQUER DIREITO DE REVISÃO OU OUTRAS OBRIGAÇÕES REQUERIDAS POR ESTE CONTRATO OU ACORDO.

A UEPB identificará claramente seu nome como autor ou proprietário desta submissão, e não fará qualquer alteração, exceto conforme permitido por esta licença, na sua submissão.

Eu concedo a licença a partir de 15/12/2020  
(Prazo máximo: 01 ano após a defesa)

Joni de Azevedo de Oliveira Silva 15/12/2020  
Assinatura do (a) autor(a) Data de entrega

AUTORIZAÇÃO DO(A) ORIENTADOR(A)

Autorizo a entrega da versão final do TCC conforme dados acima:

Belarmino Naziano Neto  
Assinatura do(a) orientador(a)